

Edgard Telles Ribeiro

Diplomacia Cultural

Seu papel na Política Externa Brasileira

Prefácio Antonio Houaiss

Fundação Alexandre de Gusmão
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
IPRI
Brasília — 1989

O presente texto foi originalmente apresentado pelo Autor no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco. As opiniões contidas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do Autor, não coincidindo necessariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.

O CAE (Curso de Altos Estudos), instituído pelo Decreto-Lei nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no âmbito do sistema de qualificação para promoção do Ministério das Relações Exteriores, é organizado pelo Instituto Rio Branco, constituindo-se num dos requisitos para a promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata.

Os trabalhos apresentados ao CAE, submetidos à consideração de banca especializada, composta de funcionários diplomáticos e professores universitários, são dossiês diplomáticos, onde os autores têm tratado de temas da política externa brasileira e da conjuntura internacional, baseado em suas experiências profissionais ou interesses intelectuais e acadêmicos.

© Edgard Telles Ribeiro

Direitos desta edição reservados
para a Fundação Alexandre de Gusmão

Ficha catalográfica

C 484 Ribeiro, Edgard Telles.

Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira/Edgar Telles Ribeiro; prefácio Antonio Howaiss.— Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

102p. — (Coleção Relações Internacionais; 7)

1. Relações internacionais. 2. Diplomacia cultural. 3. Brasil — Relações culturais. I. Título II. Série.

CDU: 327
327:008

Para Isabel, Adriana, Felipe e Amanda.

Sumário

Introdução	7
Prefácio: Antonio Houaiss.....	9
Capítulo I: Relações culturais e relações internacionais.....	13
Capítulo II: Definições e seus parâmetros.....	19
Capítulo III: Interligações com a política externa.....	23
Capítulo IV: Relevância e atualidade.....	33
Capítulo V: A visão de alguns estudiosos.....	37
Capítulo VI: O Estado e a diplomacia cultural.....	45
Capítulo VII: A experiência de alguns países desenvolvidos.....	51
Capítulo VIII: O Itamaraty e a diplomacia cultural.....	69
Capítulo IX: Cultura e desenvolvimento.....	77
Capítulo X: Desdobramentos e prioridades.....	87
Capítulo XI: Conclusões.....	97
Bibliografia.....	103

Introdução

O presente trabalho reúne capítulos de tese por mim submetida ao XV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco, em julho de 1987, que se intitula *Difusão cultural: uma alternativa a serviço da política externa brasileira*¹. A esses capítulos, somam-se três textos apresentados no seminário *Cultura e relações internacionais*, realizado em Brasília, em abril de 1988, pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), do Ministério das Relações Exteriores.

Procurei situar a importância das relações culturais no contexto mais amplo das relações internacionais. As relações culturais, conforme aqui entendidas, incluem a diplomacia cultural, de inspiração estatal, mas não se limitam a ela. De fato, e com frequência cada vez maior, as relações culturais incluem, também, as comunicações que os grupos sociais, as comunidades acadêmicas, os artistas, os produtores de cultura espontaneamente estabelecem entre si, independentemente das fronteiras que os separem, com ou sem a ajuda dos Estados a que pertencem, e algumas vezes até contra a vontade desses estados.

No que se refere mais especificamente à diplomacia cultural, procurei apresentar alguns subsídios que permitam ao Itamaraty redimensionar seu papel no campo das relações culturais internacionais, com vistas à consecução de objetivos não somente culturais, mas que também digam respeito aos diferentes campos de interesse da diplomacia brasileira.

Desejo registrar com especial afeto meu reconhecimento a Regina Bustamante, Antonio Houaiss, Roberto Abdenur e Gelson Fonseca Jr., pela cooperação e apoio prestados durante a elaboração do presente texto, dedicado a todos aqueles que, dentro e fora do Itamaraty, acreditam na importância das relações culturais como fator relevante de política externa.

E.T.R.

Brasília, julho de 1989

¹ Presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, a Banca foi integrada pelo Ministro José Francisco Rezek e pelos Embaixadores Luiz Felipe de Seixas Correa e Carlos Augusto Rego Santos Neves (Relator).

Prefácio

Se, com relação à diplomacia arcaica ou clássica, podemos ter dúvida quanto à representatividade cultural dos seus agentes, tal dúvida desaparece a partir do mundo medieval — árabe, ocidental, oriental. E desaparece no sentido de que o diplomata de então é quase invariavelmente um padrão de homem culto do meio que representa.

Houve e há, assim, uma relação orgânica entre a diplomacia e a alta cultura, que é como que implícita (quando não é explicitada) e tácita (quando não é alardeada).

Mas que cultura há aí, subjacente? A que se manifesta pela polidez, pelo donaire, pela graça, pela elegância, pela gestualidade, pelos ademanes, pela eloquência, pelo convívio, pela obsequiosidade.

Esses componentes — de ponderabilidade variável, de diplomata a diplomata — poderiam ser objeto de uma política, isto é, de uma ação concertada e sistemática que visasse a relações bilaterais ou multilaterais inequívocas de poder? De certo modo sim: ao lado do procedimento ideal do Príncipe, aspirava-se a procedimentos ideais por parte de seus interlocutores, mesmo ou sobretudo se estrangeiros.

O fato é que a bruteza, a aspereza, a indelicadeza, a grosseria, a afronta, a intolerância, a rudeza, a impolidez jamais constituíram título ou conotações culturais na vida das relações diplomáticas: e mesmo alguns, como a honra, o brio, a dignidade, um certo orgulho, uma certa pompa, um certo tipo de majestade reflexa, um constante pundonor, mesmo esses não se faziam sem comedimento e donaire.

Nada há de surpreendente, desse modo, que a bibliografia conexa com a vida diplomática — com memórias, biografias, autobiografias, relatos episódicos, relatórios específicos, memorandos mundanos, epistolários e um sem-número de escritos afins — realce a relação orgânica da diplomacia e seu desempenho com as culturas representadas, e suas virtudes e qualidades decorosas apareçam documentadas, às vezes com títulos literários ou históricos de valor incontestado a qualquer luz. A tal respeito, a relação entre diplomacia e cultura é não apenas óbvia, senão que ricamente rememorada desde há muito tempo.

Não deixa, assim, de ser estranho que a questão da diplomacia como relações culturais — ou das relações culturais como objeto da diplomacia — seja de uma peregrina pobreza bibliográfica. Quando

acaso considerada em estudos e ensaios sistemáticos ou incidentes da diplomacia, é antes de tudo ocasional ou tópica, como ancilar da diplomacia política, econômica, comercial, consular, demográfica, migratória, turística, comunicacional, rodo- ou fluvio- ou ferro- ou aeroviária, e em tantos aspectos mais. Em verdade, as relações culturais vêm sendo antes matéria de prática real do que de teorização ou mesmo avaliação, sobretudo quando se trate de avaliação em abstração, que se faça como conjunto de noções depreendidas da realidade prática anterior e destinada a uma prática subsequente, colegiada, mais consequente e fecunda.

Não foi assim sem admiração que tive a oportunidade de ler este ensaio, que por vários motivos pode ser considerado exemplarmente pioneiro. Talvez seja, por ora, único em seu gênero entre nós, em meio a uma relativamente rica bibliografia, não apenas como a antes sugerida, senão também que dentro da constituída por estudos, relatórios, históricos e ensaios diplomáticos e políticos demandados pelo poder governamental ou propostos como fontes de ação na diplomacia, na politologia, na culturologia.

Essa omissão talvez provenha da dificuldade mesma de delimitar a noção de cultura, de um povo (ou nação, ou estado, ou governo, ou regime) em face de ou para com outro. Afinal de contas, que é, de natural ou humano, que não pertença a uma cultura? E que é o que, pertecendo-lhe caracteristicamente, pode ser objeto do interesse (e em que nível?) de outra cultura? E, em havendo isso, como “vendê-lo” e para que fins? Eis as perguntas a que o livro busca responder.

Houve tempo, parece, em que as diferenças culturais seriam matéria de importância prática apenas quando as relações bilaterais eram dependentes de relações imediatas de fronteiras. Mas muito cedo a limitação geográfica buscou ser superada por relatos de aedos ou autores, como (afinal de contas) são, essencialmente, a *Odisseia*, Heródoto, os grandes viajantes orientais, os Marcos Polos, os Fernãos Mendes Pintos e o sem-número de viajantes e cronistas — portugueses, espanhóis, franceses, italianos, alemães e que sei eu mais — que fizeram das Américas fontes iniciais de tantos espantos e deslumbramentos — com um ímpeto que está até hoje vivo e totalmente mais que planetizado pois que já adentro do universo astrofísico.

Na realidade, o campo potencial das relações diplomáticas culturais são as infinitas diferenças culturais: é como se os homens tivessem sido culturalmente unidos, adâmicos, se tivessem babelizados como no presente, mas perdurassem íntima ou inconscientemente desejosos de adamazarem-se num novo tipo de convívio ecumênico. Se por momentos as relações culturais parecem ser praticadas à luz de certas empáfias

racistas, a mais profunda inspiração que os anima hoje é soprada por operários da paz entre os homens.

Este livro sugere tais horizontes. O debate de que foi objeto e de que fui testemunha e participante provou à sociedade sua qualidade pioneira, aliciante e fecundante. Ao realçar, por exemplo, que, para fins culturais, a França está para o Brasil assim como — apenas quantitativamente — 1.000 estão para 1, o autor situou-nos no mundo, mas aguçou-nos certa esperança de renovação. E é bom que este livro tenha nascido onde devia, quer dizer, na Casa de Rio Branco.

A decisão de publicá-lo é sábia, a fim de que não fique confinado aos usos iniciáticos, já que seu interesse é muito grande para inúmeras áreas criadoras ou profissionais que poderão suscitar comentários complementares aos campos nele discutidos.

Mas a bela mensagem nele subjacente poderá revelar aos leitores que, sendo seres humanos e tão diferentes quanto o são entre si, são, porém, mais humanos do que o supõem, e mais irmãos do que o admitia certo tenebroso tempo histórico de que a humanidade busca livrar-se.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1989

Antonio Houaiss

Relações Culturais e Relações Internacionais

Se existe um dado que venha de imediato ao espírito quando se fala em relações internacionais no mundo de hoje, esse dado será com certeza o constante processo de mutação por que passam as relações entre os Estados. Esse processo decorre, em parte, da multiplicação de Estados soberanos, que passaram de 50, em 1945, a 120 em 1964, e hoje se situam na faixa de 170. E da explosão demográfica, que atualmente engrossa em 90 milhões de habitantes ao ano a população mundial (dos quais 80 milhões nascidos no mundo em desenvolvimento).

Mas essa velocidade no processo de transformação da sociedade contemporânea também resulta de uma espécie de confluência de revoluções simultâneas em todos os campos do conhecimento. Essa confluência de revoluções, por sua vez, talvez simbolize de forma mais perfeita as contradições de nossa época, uma vez que traz em seu bojo a possibilidade de soluções para os graves problemas de fome, miséria, doença e ignorância com que nos defrontamos — ao mesmo tempo em que pode reduzir o mundo a cinzas em um par de horas.

Em consequência, as relações internacionais se ampliam em uma escala até pouco tempo inimaginável. A crescente capacidade de organização das sociedades modernas cria e alimenta uma demanda constante de intercâmbio econômico e cultural. A competição internacional nesse campo se acelera a cada dia. Em muitos casos, o bem-estar e até a sobrevivência das nações depende dos resultados dessa competição.

Por outro lado, o enorme progresso ocorrido no campo dos transportes e das comunicações de certa forma encurta o mundo, aproximando povos até então distantes e intensificando a circulação de idéias e conhecimentos — muitas vezes chocantes ou provocativos, dependendo do prisma em que se coloque uma comunidade específica com relação às demais. De certa forma o Brasil é hoje vizinho de parede do Japão, e qualquer estudante de país desenvolvido pode, ao apertar uma tecla, ter acesso a informações detalhadas sobre tribos aborígenes da Austrália. (O fluxo inverso de informações, em compensação, é virtualmente inexistente, fato que constitui uma das causas do crescente hiato a separar o mundo desenvolvido do mundo em desenvolvimento).

Claro está que a vida cultural internacional não constitui propriamente um fenômeno recente, nem é uma invenção da era eletrônica. A maior parte das grandes culturas se formou por empréstimo de outras culturas, ou por troca. A influência dos grandes filósofos, artistas e

estadistas sempre atravessou fronteiras. A Atenas de Péricles, a Universidade Medieval, as artes, obras literárias e revoluções no campo do pensamento do século XIX constituem alguns dos exemplos desse universalismo — que pode até ter sido, em alguns casos, estimulado por príncipes e Igreja, mas que nem por isso terá deixado de ser espontâneo.

A novidade de hoje reside na extrema velocidade da circulação da informação — e na importância política de que se reveste esse processo de troca de idéias. De fato, hoje, os *Príncipes* contemporâneos desempenham um papel cada vez mais ativo nesse intercâmbio.

Em consequência, a cultura — entendida ainda aqui no sentido mais abrangente que lhe confere a antropologia — passa a ocupar um lugar de crescente importância na política internacional. Para muitos autores, inclusive, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos agora às voltas com uma revolução cultural — viabilizada pela revolução tecnológica, mas que em muito transcenderia os contornos desta última.

Essa revolução se deve, como já foi dito, ao caráter virtualmente instantâneo da comunicação no mundo de hoje. As tecnologias já assimiladas a cada dia colocam centenas de milhares de seres humanos em contato com as centenas de milhões que já se beneficiam dessa comunicação. A cultura já não seria um privilégio de determinadas classes sociais, e sim, nas palavras de Jacques Rigaud, *uma aspiração universal das massas*.¹ O cinema, os meios eletrônicos de divulgação, a publicidade, entre muitos outros fatores que possam ser aqui invocados, de certa forma alteram costumes e hábitos, exercendo influências sobre culturas que por vezes chegam a ser dramaticamente ameaçadas em sua identidade.

A extensão às massas desses benefícios (ou supostos benefícios), por sua vez, já vem, inclusive, produzindo consequências culturais que dificilmente podem ser avaliadas em toda a sua plenitude. Até que ponto as mudanças mais recentes verificadas em determinados campos de nossa cultura (nas manifestações de consumo ou nas de arte contemporânea, por exemplo) já não refletirão esse processo de acesso horizontal à informação por parte da sociedade contemporânea?

Paralelamente, até que ponto as relações culturais internacionais — como, de resto, as relações comerciais — já não estarão deixando de ser reguladas prioritariamente pelos Estados para passar a pertencer aos indivíduos, às comunidades ou às entidades que a elas se dedicam? E não será a agilidade desses movimentos de intercâmbio um dos fenômenos mais representativos de nossa época?

¹ Jacques Rigaud, *Les relations culturelles extérieures*, La documentation Française, Paris, 1a ed. 1980, P 11.

Seja qual for o cenário, contudo, o Estado continua a deter uma função primordial nesses processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si. E, ao fazê-lo, cada vez mais os Estados vêm procurando tirar partido desses canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si.

Assim, quase todos os países desenvolvidos (ainda que seus objetivos declarados sejam outros) tiram enorme partido da emergência do fator cultural, que procuram entrosar às diversas vertentes de suas atuações diplomáticas, sejam elas políticas, econômicas, comerciais ou de assistência técnica. Valendo-se dessas avenidas espontaneamente abertas pelos homens, multiplicam suas interligações culturais e, por meio delas, circulam idéias, impõem produtos e negociam alianças.

Nesse processo, o que os Estados procuram projetar, em última análise, são seus valores. Dependendo naturalmente do peso político de um Estado, esses valores terão maior ou menor irradiação. Dependendo de sua importância histórica, merecerão maior ou menor aceitação, despertarão maior ou menor curiosidade. Mas quase sempre se constituirão, ainda que em escala regional ou bilateral, em elementos de aproximação ou de abertura, entre os povos.

Tal fato se deve a uma percepção muito aguda (que os países desenvolvidos já registram há inúmeras gerações) de que a cultura pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos; na promoção ou estímulo de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança.

Nem sempre isso ocorrerá, é verdade. Mas é suficiente que ocorra com certa frequência para que estejam plenamente justificados os esforços e recursos canalizados nessa direção.

Mas há uma outra leitura para essas questões. Se o mundo de hoje se caracteriza pela existência de todo tipo de divergências, é igualmente certo que proliferam problemas *comuns* a todos os países ou à maioria deles. Esses problemas acabam funcionando como elementos de aproximação: a poluição do meio ambiente, a busca de fontes adicionais de alimentos, a administração de recursos oceanográficos, o controle e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, os desafios criados pela explosão demográfica, o temor comum diante de certas epidemias que afetam indiscriminadamente o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, etc.

Nem todos esses problemas, é bem verdade, afetam a todos os países. Mas a crescente interdependência que caracteriza as relações internacionais tende a promover esses temas de *problemas nacionais* à categoria de *preocupações internacionais*.

Em consequência, sobe à cena um personagem que até então desempenhara um papel totalmente secundário nas relações internacionais: o indivíduo, o cidadão. E, de fato, cada vez mais os Governos sentem

a necessidade de justificar suas atitudes ou posições — perante o cidadão comum — muito além de suas fronteiras. Isso porque as decisões tomadas por um determinado Governo freqüentemente produzem resultados muito além de suas fronteiras.

O que ocorre, então, apresenta uma vinculação muito direta com as preocupações do presente trabalho. Se todas as inovações no campo da tecnologia das comunicações tornam o acesso ao cenário internacional mais ágil e mais instantâneo, elas também o tornam mais competitivo: cada vez mais torna-se difícil dar um recado além-fronteiras.

Para fazer face a esse problema, a tendência dos países desenvolvidos — que evidentemente reflete uma longa evolução de comprovadas experiências nesse campo — tem sido a de recorrer, cada vez mais, a elementos paralelos, que, por sua natureza, tornem esses recados mais palatáveis, mais eficientes. Esses elementos paralelos são as relações culturais. Assim, além de seus méritos intrínsecos, as relações culturais viabilizam, com eficácia singular, outros tipos de objetivos dos Estados, nos planos políticos, econômicos ou comerciais.

O Brasil tem um papel e, mais do que isso, uma responsabilidade nesse campo — sobretudo se desejar que suas próprias mensagens de natureza política, comercial, econômica ou de assistência técnica encontrem maior ressonância internacional. Esse papel, naturalmente, só pode ser desempenhado em escala compatível com seu peso específico no cenário internacional. Mas tem que ser desempenhado — o que não vem ocorrendo no devido grau.

Em que pesem as inegáveis diferenças entre os dois países, não existe argumentação possível que justifique a desproporção entre um *bilhão* e um *milhão* de dólares nos gastos anuais da França (para citar um exemplo) e do Brasil com projetos de difusão cultural e assistência técnica. Tampouco se justifica a argumentação de que não dispomos de um acervo cultural suficientemente rico, ou significativo, para atuarmos nessa área — sobretudo à luz dos ensinamentos antropológicos de nossa época, que colocaram por terra as noções de hierarquia de culturas.

Nossa cultura é tão rica, dinâmica e variada quanto a de nossos vizinhos de terceiro ou primeiro mundo. Mesmo porque a cultura de um povo não implica maior ou menor desenvolvimento desse povo, econômica ou intelectualmente. A cultura é apenas *a expressão de uma comunidade*. O que importa é valorizar nossa cultura e, por meio dessa valorização, enriquecer as diferenças que compõem o mosaico cultural universal.

Como a nossa, todas as culturas são ricas, diversificadas e infinitamente divisíveis. No seio de cada cultura existem culturas de classe, culturas regionais, culturas de minorias, modismos culturais. É, assim, impossível definir ou classificar culturas rigidamente fora desses grandes conceitos antropológicos, tais as interconexões concebíveis, que por sua vez formam padrões e combinações em permanente estado de evolução.

A cultura brasileira, ou as culturas brasileiras, podem e devem, assim, constituir matéria-prima para a aceleração de nossos processos de aproximação bilateral, regional e internacional com outros povos e seus Governos. No dia em que isso ocorrer, os benefícios logo se farão sentir, e em todos os campos de nosso intercâmbio. É só questão de tempo, confiança, imaginação e trabalho.

*

Em linhas muito gerais, esse é o objetivo mais específico a que se propõe o presente trabalho: colocar em discussão o fator cultural nas relações diplomáticas brasileiras. O Itamaraty sempre demonstrou, ao longo de sua história, grande capacidade de introjetar teses no cenário nacional brasileiro, influenciando importantes decisões nos mais variados campos da economia, do comércio e até mesmo da política interna do país.

Em vários casos o Ministério pôde atuar precisamente por estar em contato com as realidades externas. O exemplo dessas realidades externas aponta há pelo menos trinta anos para a relevância do fator cultural no relacionamento internacional. O Itamaraty deveria, por conseguinte, tomar a iniciativa de revalorizar o tema internamente, de modo a melhor alcançar os objetivos a que se propõe no campo internacional. A diplomacia cultural deve, em uma primeira etapa, ser fortalecida internamente — para, em seguida, ser colocada a serviço dos mais altos interesses externos do país.

II

Definições e seus parâmetros

Como ponto de partida, o presente trabalho toma de empréstimo à antropologia sua concepção básica de cultura. Como sabemos, para a antropologia cultura é a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história. Essas realizações, por sua vez, cobrem todos os campos da atividade humana, das artes à ciência, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao esporte, do comércio ao lazer.

A opção por uma definição abrangente fundamenta-se no pensamento de que a suprema manifestação de uma sociedade é a forma como ela vive, seus hábitos e costumes, e seu legado para as gerações que seguem. É ante esse plano geral mais amplo que deve ser colocado o primeiro plano da diplomacia cultural.

Tal convicção surge também na obra de vários autores, alguns dos quais chegam a afirmar que a característica comum a qualquer situação cultural é precisamente a impossibilidade em que ela se encontra de ser reconhecida ou identificada: *The characteristic symptom of any cultural situation is that we do not recognise it. It is like (...) trying to imagine how our personalities appear to others... like being in a room made of glass. We cannot see that we are enclosed. And we do not realise that the glass is subtly coloured, or subtly shaped, so that it distorts the appearance of what we see.*¹ O mesmo autor indaga em seguida: *Can even anthropology, which by hypothesis is cross-cultural, be culture free?*

Marcel Merle, em um voto de confiança na capacidade da antropologia de enfrentar o desafio, define cultura como *um conjunto de sistemas de valores e representações que determinam o comportamento dos membros de um grupo permitindo que esse grupo afirme sua identidade.*² Como o próprio autor precisa, trata-se de definição que nada tem em comum com a extensão meramente intelectual do conhecimento. Seus parâmetros, ao contrário, são comuns tanto às elites intelectuais dos

¹ Norman Daniel, *The Cultural Barrier*, Edinburgh University Press, Edinburgh, 1: edição 1975, p. 4

² Marcel Merle, *Forces et enjeux dans les relations internationales*, Economica, Paris, 2: ed., 1985, p. 1

países considerados desenvolvidos, quanto às sociedades rotuladas como primitivas.

Em outro plano e dimensão, caberia recordar uma das definições poéticas avançadas por T.S. Eliot³, para quem *culture is everything that makes life worth living*. Implícita fica a idéia de que, vida e cultura se equivalendo, ambas, por razões idênticas, não podem ser ameaçadas e muito menos destruídas. Já foi dito que todo homem fica diminuído com a morte de outro homem. Da mesma forma, toda cultura se empobrece com o desaparecimento de outra cultura. A definição de Eliot representaria, assim, uma espécie de ponte poética para a vinculação entre cultura e política externa, pelo menos no que diz respeito aos propósitos pacifistas que animam a maior parte delas.

Tão ou mais importante do que procurar definir cultura — pelo menos para os propósitos do presente trabalho — é estar atento para as diferenças que compõem o mosaico cultural internacional. A aceitação e o respeito por essa infinita gama de variedades (e a abertura total de visão que essa aceitação pressupõe) são absolutamente essenciais à condução de um trabalho mais eficaz de relação intercultural. Assim, não importaria tanto definir cultura — e sim sentir seus efeitos e estar aberto para suas múltiplas linguagens. Estar aberto, em certo sentido, para suas indefinições.

Essa atitude permite, de um lado, iluminar a visão que tenhamos de nossa própria cultura. E, de outro, mantém nosso espírito aberto para as contribuições de outras culturas. São essas razões, por sinal, que terão levado diversos autores (e não poucos Governos) a concluir que a melhor comunicação cultural ainda é aquela que se constrói em base de mutualidade. A reciprocidade deveria assim, idealmente, permear toda política de difusão cultural. Uma insistência em metodologias unilaterais de difusão cultural poderia levar ao que certos autores identificam como formas de auto-hipnose.

No mundo desenvolvido, onde existem os mais amplos recursos para atividades culturais realizadas em terceiros países, essa atitude unilateral pode gerar *tanto ruído que se fica sem ouvir os sons que porventura existam do outro lado*.⁴ Justamente, saber *ouvir esses sons* é uma das funções essenciais da diplomacia cultural — e, naturalmente, da diplomacia como um todo.

Embora seja difícil definir cultura fora dos grandes parâmetros antropológicos, é possível delinear o plano mais restrito e objetivo da

³ T. S. Eliot, *Notes towards the Definition of Culture*, Harcourt, Brace & Co, New York, 1949, P. 26

⁴ Charles Frankel, *The Neglected Aspect of Foreign Affairs*, The Brookings Institution, Washington, DC, 1. ed., 1966, P. 115

diplomacia cultural, cujos temas podem ser mais definidos — e geralmente se fazem presentes em todos os países com tradição em difusão cultural no exterior. Nesse contexto, o universo da diplomacia cultural poderia abranger os seguintes temas ou idéias, entre outros:

- a) intercâmbio de pessoas;
- b) promoção da arte e dos artistas;
- c) ensino de língua, como veículo de valores;
- d) distribuição integrada de material de divulgação;
- e) apoio a projetos de cooperação intelectual;
- f) apoio a projetos de cooperação técnica;
- g) integração e mutualidade na programação.

Com variações que dirão respeito às realidades de cada país (e que refletirão suas prioridades nesse campo, bem como questões de disponibilidade de recursos), esses seriam os parâmetros mais amplos da diplomacia cultural.

No caso do Brasil, além de uma redefinição política que possibilite revalorizar o assunto, torna-se necessário iniciar um esforço de integração entre os diversos (e muitas vezes isolados) segmentos da sociedade brasileira que se dedicam a viver mais intimamente a cultura brasileira: intelectuais, artistas, produtores, professores, críticos, divulgadores e funcionários da administração pública. É provável que desse intercâmbio surjam subsídios que permitam definir com maior precisão o que levar ao exterior como realmente representativo da cultura e realidade brasileiras.

III

Interligações com a política externa

Antes de tentar identificar possíveis vinculações entre cultura e política externa, conviria estabelecer uma distinção entre relação cultural internacional e diplomacia cultural, lembrando que lidamos aqui com conceitos essencialmente fronteiriços. Considera-se que as relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições *em proveito mútuo*. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica.

Com essa visão de diplomacia cultural concorda o Parlamento Britânico, cujo Comitê de Relações Exteriores (após colher, por um ano, centenas de depoimentos, em um relatório de 267 páginas), formalmente enunciaria: *We conclude, therefore, that cultural diplomacy, as we understand it, is not pursued by the Foreign Office for its own sake, but only as an instrument by which the pursuit of other diplomatic activities may be assisted.*¹

Embora seja extremamente difícil precisar as vinculações entre diplomacia cultural e política externa, é possível estabelecer algumas aproximações entre esses dois universos. Isso porque, quer tratemos dos objetivos mais amplos da política externa (os esforços da diplomacia em prol da paz mundial, por exemplo), quer estudemos objetivos políticos de caráter mais imediato, as inter-relações, ainda que sutis, se fazem sentir. A título meramente ilustrativo, seguem alguns pensamentos ao redor de possíveis vinculações entre diplomacia cultural, de um lado, e, de outro, paz, política bilateral, comércio e cooperação técnica.

3.1 Diplomacia cultural e paz

Cultura e paz são temas que se tocam e se confundem dentro e fora dos domínios da diplomacia, com frequentes áreas de convergência. Se uma das finalidades mais insistentemente proclamadas da política externa de virtualmente todos os países é contribuir para a preservação da paz mundial através do fortalecimento de mecanismos de compreensão mútua, cabe indagar: existirão melhores instrumentos para

¹ House of Commons, *Cultural Diplomacy*, Session 1986-1987, P. VI

estimular a compreensão mútua do que o apoio a um ativo intercâmbio cultural? O caminho da paz não passaria pelas grandes vias de conhecimento mútuo trilhadas pelos homens, independentemente das fronteiras que os separem?

A resposta seria simples se os resultados de uma cooperação cultural pudessem ser contabilizados na luta pela preservação da paz. Ocorre, porém, que os vínculos de que nos ocupamos aqui não são nem estreitos nem aparentes. Ao contrário de outros mecanismos que compõem o universo da política externa dos países — no campo da promoção comercial ou da cooperação técnica, por exemplo — o trabalho na área cultural é de certa forma invisível, na medida em que só rende frutos muito a longo prazo. O que o relacionamento cultural permite é *o estabelecimento de uma atmosfera favorável ao entendimento* — uma abstração, mais do que uma realidade concreta. Como, então, avaliá-la com alguma precisão?

O intercâmbio cultural, na medida em que possibilita a transferência de um povo a outro de experiências, idéias e patrimônios valiosos, prolonga, enraíza, consolida e preserva uma atmosfera que favorece o entendimento. Além de contribuir para minimizar julgamentos por estereótipos, esse processo de transferências em geral reforça sentimentos pacíficos pela própria idéia da universalidade do patrimônio cultural e artístico. Assim, por mais singela que possa ser uma determinada manifestação cultural de um país em outro, por modestos que sejam os eventuais mecanismos de cooperação intelectual, esses momentos sempre reforçarão um certo grau de comunhão, contribuindo para a aproximação de povos e culturas.

Não será por outra razão que as vinculações entre cultura e paz constam de todos os textos que se dedicam ao exame do assunto. Documento emitido em 1978 pela Chancelaria da República Federal da Alemanha constitui boa ilustração do que precede, por tratar-se de país com enorme atuação cultural internacional nos dias de hoje — e pesadas responsabilidades em conflitos recentes: *Our foreign cultural policy is not only in the service of the preservation of peace — and opposed to all wars; it is also in the service of shaping peace and opposed to all forms of constriction. (...) It does not dissipate its energy in the portrayal of our cultural achievements in other countries. It is aimed at cultural exchange on the basis of partner-like collaboration.*²

3.2 Diplomacia cultural e política bilateral

Mas é no campo do que o Parlamento Britânico denomina *the pursuit of other diplomatic activities* que as possíveis vinculações entre política cultural e política externa começam a se tornar menos nebulosas.

² J. M. Mitchell, *International Cultural Relations*, Allen & Unwin, Londres, 1. ed. 1986, p. 14

Nesse plano mais objetivo, um lembrete inicial se impõe: por maiores que sejam as divergências quanto a ênfases ou métodos de trabalho, os mecanismos de difusão cultural de inspiração diplomática devem ser basicamente julgados em termos de suas contribuições para as políticas externas dos países a que se encontram vinculados. Ainda que essas contribuições dificilmente possam ser avaliadas (a nível de retorno a curto prazo), os projetos devem estar a serviço dos interesses mais amplos da política externa do país por eles responsável. Somente assim as programações se viabilizam e os recursos se materializam.

É esse dado, precisamente, que distingue, de um lado, a diplomacia cultural e, de outro, os diversos mecanismos independentes de relacionamento cultural internacional, de geração mais espontânea. Naturalmente, quanto menos óbvia a vinculação com eventuais prioridades de Governo, mais eficiente a política cultural. Mas nem a declaração de fé do Governo da RFA acima transcrita, nem o tom universalista dos programas franceses de difusão cultural disfarçarão esse dado básico e permanente: embora quase intangível a nível de resultados imediatos, a diplomacia cultural está sempre enraizada em considerações e prioridades bastante concretas.

Feita a ressalva, convém trazer senão o reverso, pelo menos um outro aspecto dessa mesma e complexa medalha. É um grave erro imaginar que resultados concretos de curto ou médio prazo (de qualquer natureza, seja ela política, econômica ou comercial) possam automaticamente derivar de uma atuação cultural, por mais eficiente e constante que seja. Ficou célebre a frase de Dean Rusk sobre o assunto: *programas de intercâmbio cultural alcançam melhores objetivos precisamente quando não têm objetivos definidos*.³

Evidencia-se, assim, um dos aparentes paradoxos dessa disciplina: quanto menos visíveis os objetivos, melhores as perspectivas de uma política cultural. A falta de entendimento dessa premissa básica — e o afã em obter resultados de caráter imediatista — quase sempre estiveram na raiz do fracasso das programações culturais improvisadas em laboratórios burocráticos.

Apesar dessas dificuldades, que freqüentemente impedem situar o tema de forma precisa, as relações culturais têm desempenhado um papel cada vez mais importante no contexto da política externa dos países desenvolvidos, como atestam as crescentes prioridades alocadas a programações culturais no planejamento da política externa desses países. Qual seria a razão desses investimentos crescentes em área tão abstrata e, por conseguinte, tão avessa a avaliações?

³ Charles Frankel, *Op. Cit.* P. 89

Se o bem cultural é, por definição, visível, palpável, audível, ou perceptível de diversas maneiras (o filme exibido, o livro discutido, o balé dançado, a bolsa de estudos usufruída, a escultura vista ou tocada, a música ouvida, a comida saboreada, a assistência técnica recebida, etc.), as *consequências de sua utilização*, sobretudo no contexto de programas de política externa, são, no entanto, essencialmente invisíveis. Que elas existem, não resta dúvida (caso contrário, de há muito os países com tradição na matéria teriam abandonado suas gigantescas inversões nessa área). Mas como medi-las? Como, sobretudo em países economicamente carentes, defender recursos para projetos nessa área?

Trata-se, afinal, de atividade facilíma de ser contabilizada a nível de custos — mas impossível de ser aferida a nível de resultados. Como, então, dar cor e forma ao que implicitamente admitimos ser invisível?

Talvez seja possível progredir se tivermos em mente, em primeiro lugar, a variedade do universo cultural. De fato, nenhum outro instrumento de aproximação entre povos será tão diversificado, tão dotado de recursos simbólicos e riquezas, ou de matizes em permanente estado de renovação, quanto as manifestações culturais. Exatamente por isso, nenhum outro será tão instintivamente percebido como patrimônio comum de toda a humanidade. Nenhum terá o significado que as atividades culturais evocam para o ser humano, sua capacidade de sensibilizar, de convencer muito além dos limites de argumentos meramente políticos ou econômicos.

Por outro lado — e essa é uma idéia particularmente relevante no contexto do presente trabalho — nenhum outro instrumento trará implícita a noção de prestígio que geralmente está associada à cultura, ou os desdobramentos e inferências que esse prestígio possibilita em outros campos. O poderio militar ou econômico de uma nação tende a intimidar, a cultura seduz.

Por esses motivos, e muitos outros que poderiam ser facilmente invocados, os atos culturais permitem aos Estados diversificar, ampliar, enfatizar os pontos fundamentais — ou ressaltar determinadas minúcias — de suas atuações bilaterais, ou multilaterais.

J.M. Mitchell consegue ilustrar esse ponto com muita propriedade, ao referir-se à famosa exposição retrospectiva do escultor Henry Moore, organizada pelo Conselho Britânico em Caracas, em março de 1983, no contexto das comemorações do bicentenário de Bolívar. Realizada poucos meses após a guerra das Malvinas, quando a Venezuela ainda vivia momentos de extrema exaltação antibritânica, *this exhibition was a success in more than artistic terms. (...) The total impact was beyond expectations (...) The political results were more immediately visible than the cultural. The temper of Anglo-Venezuelan relations, precarious*

*after the Falklands, became sounder (...) this exhibition proved conclusively the positive effects of well-timed and well-executed presentations in reaching a profounder level of appreciation between two peoples.*⁴

Nessa mesma ordem de idéias, dois Estados podem, em períodos de grande tensão, manter — e até estimular — relações culturais. Esse tipo de comunicação permite deixar as portas entreabertas para facilitar e encorajar futuros mecanismos de aproximação. Apesar de pouco ortodoxa, estamos aqui em presença de uma engrenagem eficiente e sutil, como atesta o comentário de Henry Kissinger a propósito dos sinuosos movimentos sino-americanos de reaproximação esportiva: *os chineses têm uma extraordinária capacidade de planejar meticulosamente o que parece improvisado.*

Em um plano mais espontâneo, e por isso também merecedor de atenção, muito haveria que dizer a respeito do papel desempenhado pela cultura brasileira no processo de reaproximação Brasil-Cuba. Exemplo clássico de relacionamento cultural mantido vivo *contra* a vontade de um dos Governos — no caso, o do Brasil, durante os regimes militares — o fluxo intermitente de artistas e intelectuais brasileiros em direção a Cuba terá certamente facilitado os mecanismos de reaproximação diplomática, quando estes finalmente se tornaram politicamente convenientes e necessários.

Antes de passarmos a outros vínculos entre cultura e política externa, poderíamos encerrar esse ponto com o depoimento de Charles Frankel, que certa vez entrevistou um alto funcionário da Chancelaria italiana e dele ouviu o seguinte desabafo sobre a presença norte-americana em seu país: *The American presence is very visible in Italy, but it is mainly the American business presence. Your contribution to the arts and sciences, and to the common civilization (...) is not nearly so visible. You are, in a word, not fully, or accurately represented here. And then, to make matters worse, you are constantly after us, trying to get our people and Government to support a multilateral force, or a broader scheme of European Federation, or a vote against Communist China in the UN. I understand why this is so. But over the long run, our attitudes on such matters are formed less by the arguments you bring to bear on each individual case, than by a general flow of sympathy. If that sympathy is to flow towards you, we have to feel that you and we are contributing to the same civilization and share more or less the same values. You do not create this feeling if you cannot separate Italian culture from Italian politics, which is one thing today and another tomor-*

⁴ J.M. Mitchell, Op. Cit. Pp. 181 182

*row. And you do not create this feeling if you seem unable to make this same distinction with regard to your own society.*⁵

3.3 Diplomacia cultural e comércio

As atividades culturais promovidas por determinado país em outro também repercutem positivamente no plano comercial, favorecendo, sempre a nível de plano de fundo, o fortalecimento de um clima de confiança nas qualificações desse país.

A idéia básica aqui não poderia ser mais singela: se um país é dono de uma cultura rica, forte, variada, dinâmica — e dela se orgulha a ponto de difundi-la fora de suas fronteiras — esse país, ao demonstrar sua capacidade no plano cultural, estará igualmente chamando a atenção, implicitamente, para suas qualificações em outras áreas de atuação, por mais variadas que sejam.

Para sermos mais específicos: as características de confiabilidade, ou familiaridade, de que possa ser alvo um determinado produto comercial se vêem grandemente fortalecidas se inseridas no contexto cultural a que pertencem. Assim, e se as demais condições de preço e qualidade forem adequadas às realidades do mercado local, o produto se torna mais aceitável. Nessa concepção, o Brasil vende produtos — ao passo que a França, por exemplo, vende idéias e produtos, na esteira dessas idéias.

Essa percepção é de certa forma subliminar — e, uma vez mais, de difícil comprovação. O papel cada vez mais importante desempenhado pela publicidade talvez forneça a ponte para uma melhor compreensão dessas premissas. Sabemos que comércio e publicidade caminham hoje amalgamados, habituando cada vez mais o consumidor a formar critérios e realizar opções. O consumidor, portanto, está sujeito a um bombardeio de imagens e conceitos, a partir dos quais realiza suas opções.

Ora, a cultura, dinamicamente difundida, em alguma medida também acaba passando por esse filtro comum de formação de imagens e critérios — que gera hábitos de consumo. O cinema norte-americano talvez constitua o exemplo mais marcante da capacidade formadora de hábitos e costumes de uma determinada cultura, em apoio ostensivo a plataformas marginalmente culturais — já que sobretudo comerciais, econômicas e até políticas. Em décadas mais recentes, a música popular iria desempenhar semelhante papel, ao criar estilos, modismos, produtos, comportamentos.

⁵ Charles Frankel, Op. Cit., Pp. 89-90

Em maior ou menor escala, portanto, a cultura serve para marcar ou reafirmar determinadas presenças — circunstâncias que, adequadamente trabalhada, pode ter conseqüências de todo tipo, inclusive comerciais. Como ocorreu com o cinema de Hollywood ou com a música popular dos anos sessenta.

A criação do Conselho Britânico, a que nos referiremos em maior detalhe em capítulo subseqüente, talvez constitua a melhor comprovação dos vínculos entre cultura e comércio. A começar pelos seus objetivos declarados, que diziam explicitamente respeito ao fortalecimento das exportações da Grã-Bretanha. Não é, assim, surpreendente que seus recursos originais tenham surgido da indústria e não, como se supõe, de fontes governamentais.

A relação cultura política comércio sempre constou de todos os relatórios do Conselho Britânico, sem os pudores que, em geral, caracterizavam documentos semelhantes de outros países europeus. Em 1954, por exemplo, o relatório assinalava: *although the method all through is strictly non-political, at the end of the process a considerable political and commercial benefit is likely to be received.*⁶ Da mesma forma, em 1969: (...) *the British Council will enable Britain to make direct contact with overseas peoples, and to present herself to them as a future trading partner of major importance.*

Embora seja difícil comprovar a existência de uma relação direta entre eventos culturais e operações comerciais bem sucedidas, a difusão cultural indiscutivelmente permite reforçar junto ao consumidor uma sensação de familiaridade, graças à qual produtos — e não somente produtos: bens e serviços, alternativas turísticas — circulam com mais facilidade.

Em um cenário caracterizado por uma concorrência internacional cada vez mais acirrada, o Brasil não pode dar-se ao luxo de contar unicamente com a qualidade de seus produtos, por mais bem embalados que sejam. Uma coordenação cultura/ comércio pode e deve ser levada a efeito, se entendida como um reforço de integração de diversos elementos de uma só nacionalidade.

3.4 Diplomacia cultural e cooperação técnica

A exemplo das vinculações entre cultura e política, ou cultura e comércio, a oferta de cooperação técnica de um país tem melhores possibilidades de aceitação e penetração se estiver amparada por uma projeção dos valores culturais desse país. No caso brasileiro, o desperdício decorrente da falta de um apoio cultural para esses projetos é

⁶ J.M. Mitchell, Op. Cit. P. 19

especialmente lamentável, na medida em que os países-alvo de nossa oferta de cooperação técnica tenderiam naturalmente a uma maior identificação com nossa cultura — em contraposição, por exemplo, à cultura de seus habituais interlocutores do primeiro mundo.

Com efeito, os estudos da UNESCO, a que nos referiremos mais adiante, demonstram à exaustão que projetos de cooperação técnica somente produzem resultados duradouros se enraizados culturalmente — tanto que as resistências a ofertas de cooperação *nunca são técnicas, e sim culturais*. Culturas mais afins, como a nossa e a dos demais países latino-americanos, ou africanos, deveriam compor panos de fundo de aproximação. Para tanto, contudo, as afinidades que nos unem precisariam ser mostradas — através de um trabalho de difusão cultural —, o que não é feito, desperdiçando-se, assim, uma importante fonte de apoio a toda a programação de cooperação técnica.

Sobre o assunto (e analisando o caso do ponto de vista da França), comenta Jacques Rigaud: *Dans un monde marqué de plus en plus par l'esprit de compétition et de concurrence jusque dans ce domaine de la coopération, et où nul ne peut prétendre à détenir des "chasses gardées" d'assistance ou de coopération, quels atouts la France peut-elle faire jouer pour que son concours soit préféré à celui de tel ou tel autre pays développé? N'est-ce pas précisément par les atouts de sa culture, de sa langue, autant que par la spécificité de sa position diplomatique, qu'elle peut convaincre que son offre de coopération n'est ni l'expression d'un impérialisme plus ou moins dissimulé, ni l'imposition d'un modèle uniforme copié sur le schéma des économies dominantes?*⁷

Há ainda um outro aspecto da questão cuja importância não seria demais salientar. Esse campo específico da cooperação técnica se caracteriza pela extrema velocidade com que novas categorias de conhecimento são acumuladas. Novas disciplinas e novas áreas de especialização estão constantemente surgindo, exigindo cada vez mais uma abordagem interdisciplinar. A diplomacia cultural teria aqui importante papel a desempenhar, facilitando contatos, abrindo caminhos e ganhando a confiança de importantes fontes externas de informação para a comunidade acadêmica brasileira.

Além dos mecanismos específicos que possam ser estabelecidos no campo da cooperação científica, não resta dúvida de que a aproximação desse plano só se beneficiaria de uma maior presença cultural brasileira *lato sensu*. Nesse sentido, não é absurdo pressupor que a comunidade científica internacional tenha maior respeito pela ciência

⁷ Jacques Rigaud, Op. Cit. P. 51

de um país cuja cultura conheça e admire, do que pela ciência de um país cuja cultura desconheça, ou da qual apenas tenha notícias remotas e estereotipadas.

*

Se nos fosse permitido um exercício simplificador de desmembramento, poderíamos dizer que a diplomacia política persegue objetivos políticos, a diplomacia comercial objetivos comerciais, a diplomacia econômica objetivos econômicos, e assim por diante. A diplomacia cultural, no entanto, vai muito além: ao lograr objetivos culturais — uma tarefa em si mesma fundamental — *facilita, por via indireta, a consecução de objetivos políticos, comerciais, econômicos e quaisquer outros a que a política externa de um país se proponha.*

Assim, no caso brasileiro, a omissão nessa área não significa tão-somente deixar de atuar no plano cultural. Significa abrir mão do fortalecimento de todos os demais objetivos da política externa brasileira. É a cultura que confere, ou deveria conferir, um sentido mais amplo a todos esses objetivos, assegurando-lhes credibilidade e permanência.

IV

Relevância e Atualidade

Os comentários formulados nos capítulos anteriores procuram fundamentar a necessidade de ser atribuída uma maior prioridade à diplomacia cultural brasileira no exterior. Trata-se de argumentação que poderia indiscriminadamente aplicar-se ao Brasil de trinta anos atrás, ou a qualquer outro país com pretensões a uma presença internacional. Conviria agora, mantendo esses argumentos como pano de fundo, precisar o porquê da importância desse trabalho para o Brasil de hoje. E, em seguida, identificar as razões que ainda impedem o planejamento e a implementação de programas nessa área. Desses dois temas se ocupa resumidamente o presente capítulo. Capítulos subseqüentes do presente trabalho retomarão em maior detalhe outros aspectos desses mesmos temas.

As mudanças ocorridas no Brasil nas últimas três décadas transformaram seu perfil de país agrícola e importador de manufaturas, em país industrializado e consagrado como exportador e fornecedor de bens e serviços. Capaz de criar tecnologia própria em diversas áreas, o Brasil cada vez mais reduz as distâncias que, nesse plano, ainda nos separam do mundo desenvolvido. O país se debate, é verdade, com graves problemas sociais e econômicos, em escala inaceitável há uma geração — mas, em compensação, conta hoje com um peso específico e uma inserção externa igualmente inimagináveis em passado recente.

Essa inserção externa naturalmente gerou um considerável aumento no número de nossos parceiros internacionais, tornando mais aguda a necessidade em que nos encontramos de consolidar os novos laços que se vão estabelecendo. É claro que esse esforço pode seguir contando apenas, ou principalmente, com alicerces políticos, comerciais ou econômicos, como vem ocorrendo. Mas se tivermos em mente a crescente competição que hoje caracteriza o cenário internacional, com sua teia de restrições e barreiras de todo tipo, torna-se importante multiplicar os mecanismos de que dispomos para consolidarmos nossa presença internacional. E é precisamente esse fato que confere ao presente tema sua atualidade e urgência.

A diplomacia cultural, como já foi dito, pode desempenhar papel de considerável utilidade nesse esforço, trazendo uma contribuição decisiva para a consecução de todas as metas de nossa política externa. Com efeito, o trabalho cultural preenche uma função aglutinadora, que nenhum outro componente de nosso instrumental diplomático, tomado isoladamente ou em conjunto, poderia preencher.

Nossa atuação comercial, para mencionar um dos alicerces mais festejados de nossa presença externa, pode impressionar determinados segmentos populacionais de países com que nos relacionamos, mas deixará indiferentes — senão preocupados, ou até irritados — muitos outros segmentos nesses mesmos países, ou em países vizinhos. Da mesma forma, a argumentação de natureza essencialmente política muito se beneficiaria de um embasamento que reflita nossas realidades culturais (como ilustra o exemplo relativo à presença norte-americana na Itália, anteriormente citado).

O trabalho cultural reforça, em bases mais duradouras, sentimentos de confiança e respeito mútuo. Os acordos comerciais e as aproximações políticas são, por definição, mecanismos transitórios. Não há nada de transitório na relação cultural. Cada vez mais, ao contrário, ela transcende a atuação dos Governos para se consolidar e se ampliar através de canais próprios. Entre outras razões por ser mais duradoura — e mais confiável.

Como, então, explicar a razão pela qual, pelo menos em termos comparativos, tão pouco tem sido feito na direção de uma ampla e abrangente diplomacia cultural? E o que fazer para corrigir esse estado de coisas?

São perguntas que desafiam todos aqueles que lidam com esse tema. Por que razão serão tão baixas nossas prioridades nessa área? Será somente uma questão de orçamento, como acreditam alguns? Ou, bem mais provável, esse estado de coisas refletirá uma falta de confiança na importância da diplomacia cultural, somada a uma compreensível dificuldade em definir seus reais contornos? Nessa segunda concepção, a falta de recursos não representaria uma consequência, mais do que uma causa? De toda forma, como inverter essa situação?

É preciso, em primeiro lugar, iniciar um amplo debate em torno do assunto. O objetivo mais amplo desse debate é configurar de modo inequívoco a relevância do tema, de modo que as prioridades nesse campo sejam revistas — e, a partir daí, os projetos sejam planejados e implementados dentro de uma visão mais abrangente e integrada.

Como meta a curto prazo, é necessário consolidar os mecanismos de coordenação horizontal que porventura já existam entre os diversos segmentos que detêm responsabilidade nessa área — e, se conveniente, considerar novas alternativas de contato, seja na administração pública, seja no setor privado. Intelectuais, professores, críticos, artistas, produtores culturais deveriam, assim, somar seus esforços àqueles que, na administração federal, lidam com o assunto.

Claro está que a revalorização do tema deve forçosamente refletir nossa realidade cultural interna, tema que, por sua vez, somente há pouco vem merecendo atenção prioritária de parte do Governo. O ajuste Tripartite firmado em junho de 1987 entre os Ministérios das Relações Exteriores, Educação e Cultura pode ter sido um primeiro passo nessa

direção. No entanto, a coordenação horizontal a que se propõe o referido Acordo dificilmente se dará nos níveis desejáveis, sem que segmentos mais amplos da vida cultural brasileira participem do processo e, sobretudo, sem que o tema seja repensado (e revalorizado) em seu conjunto.

Esse panorama se complica pela sensação, muito enraizada na administração pública, de que as prioridades sociais quase não deixam espaço para as prioridades culturais. Nesse contexto, defender verbas e recursos humanos para diplomacia cultural pode equivaler a demonstrar falta de sensibilidade para o que seja verdadeiramente prioritário. Em termos de Itamaraty, tal circunstância automaticamente acarreta corte nas verbas de difusão cultural, ou enormes dificuldades em obtê-las.

Ocorre aqui um erro de avaliação, do qual derivam equívocos de natureza operativa. O erro de avaliação está em não enfrentar a questão por um outro ângulo, de modo a procurar entender que política cultural — pelos benefícios que acarreta para a política externa como um todo — *é parte fundamental de todo o processo de desenvolvimento do país*.

De fato, e como assinalamos ao longo do presente texto, a política cultural ajuda a viabilizar, por via indireta, a consecução de todos os demais objetivos da política externa. Ora, se esses objetivos são parte essencial de nossa luta pelo desenvolvimento — e não há quem possa seriamente questionar o papel da diplomacia nessa luta — a política cultural externa não pode ser deslocada para a periferia das prioridades federais. Sobretudo contra um atual pano de fundo caracterizado por crescentes tensões ou rivalidades internacionais nos planos comerciais, econômicos, científicos e tecnológicos.

Os equívocos de natureza operativa, decorrentes dessa falha de avaliação, são fáceis de imaginar. Consistem, basicamente, em conceber política cultural a partir de uma espécie de *visão de trincheira*, caracterizada por expectativas imediatistas, com resultados quase sempre negativos para a realização de programas.

Os poucos recursos existentes são canalizados para projetos, em si mesmos louváveis, mas que de modo algum refletem um planejamento, ou uma visão mais abrangente do que se pretenda mostrar, no exterior, como revelador da cultura brasileira. Esses projetos, por definição intermitentes, nem sempre podem levar em consideração nossas prioridades de política externa, refletindo muitas vezes mero sentido de oportunidade, ou uma simples reação a convites de que somos alvo.

Nossas prioridades devem ser objeto de exame. Quais são elas? No momento, elas só podem estar delineadas de maneira muito imprecisa — já que refletem, não um planejamento, e sim uma realidade adversa: a realidade da escassez de recursos. O setor cultural se limita a reagir — ao invés de planejar. O planejamento, quando existe, quase sempre

se prende à imperiosa necessidade de administrar recursos a cada ano mais modestos, em um processo de lenta asfixia.

Trata-se de um processo mais próximo da contabilidade cultural, do que do planejamento cultural. As perguntas *O que divulgar? por quê? onde? com que frequência?* raramente têm sido consideradas fora de uma ótica orçamentária, dada a absoluta impossibilidade de examinar o assunto com alguma perspectiva. Os custos dos projetos são quantificáveis — os benefícios lamentavelmente não. Como, então, contar com o apoio da máquina burocrática?

Os objetivos e prioridades da diplomacia cultural brasileira encontram-se genericamente definidos nos parágrafos 5 a 16 do documento *Política cultural brasileira no exterior*, firmado no contexto do Ajuste Tripartite acima mencionado. O parágrafo 13 desse documento determina que *os centros receptores prioritários da ação cultural são a América Latina e a África, a que se seguem os Estados Unidos, a Europa e, por fim, o Oriente Médio e a Ásia*.

Trata-se de colocação que reflete interesses políticos regionais mais imediatos — e não há nada de errado com isso. Mas se houvesse maior confiança na capacidade dos fatores culturais em valorizar nossa política externa como um todo, é possível que as prioridades secundárias atribuídas, por exemplo, ao primeiro mundo pudessem ser revistas.

Cada mundo possui sua respectiva realidade e suas diferenças de interesses para o Brasil. Se o terceiro mundo constitui área natural de afirmação da presença brasileira, o primeiro mundo ainda concentra nossos principais mercados, para não falar de nossos centros de captação de recursos e tecnologia. É lá que devemos negociar nossa dívida externa, ou encontrar meios de romper os ciclos viciosos em que nos encontramos, que vão da dependência tecnológica às guerras tarifárias que tanto afetam nossas exportações. É lá, sobretudo, que devemos procurar neutralizar todo tipo de visão estereotipada de que ainda somos com frequência objeto. E a diplomacia cultural pode participar dos esforços para lograr esses objetivos.

Assim, as prioridades da política cultural externa, conforme atualmente delineadas, provavelmente refletem uma escassez de recursos, mais do que um planejamento global. Diante da impossibilidade de quantificar retornos por definição invisíveis, os formuladores dessa política não têm outra alternativa a não ser concentrar os modestos recursos humanos e orçamentários de que dispõem em realidades regionais e políticas — a América Latina e a África — em detrimento de outras alternativas que seriam, no mínimo, igualmente importantes.

V

A visão de alguns estudiosos

A importância das relações culturais como fator de aproximação entre os povos é hoje universalmente reconhecida por estudiosos das relações internacionais. Direta ou indiretamente associada à política ou ao comércio, e muitas vezes considerada de forma independente, a alternativa cultural constitui uma das dimensões essenciais do relacionamento internacional contemporâneo. A expressão *terceiro pilar da política externa*, cunhada por Willy Brandt em 1966, quando Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, bem reflete esse reconhecimento.

O estudo dessa importância, no entanto, é relativamente recente e sua bibliografia especializada comparativamente modesta, fatos de certa forma surpreendentes considerando-se a reconhecida influência que os fatores culturais sempre exerceram sobre as relações internacionais.

Como indica Paul Wilkinson em seu prefácio a *International Cultural Relations* de J.M. Mitchell, o fato de que conceitos como “relações culturais”, “choque cultural”, “imperialismo cultural”, ou “diplomacia cultural” continuem virtualmente ausentes de textos sobre relações internacionais nada tem a ver com a real importância desses temas para o estudo do sistema internacional. Reflete, ao contrário, *the uneven and incomplete development of the subject, in particular, our contemporary preoccupations with the short-term shifts in the balance of power, alliances, and foreign policy.*¹

Esse descaso — porque, pelo menos em termos comparativos, trata-se de um descaso — tem suas raízes na pressão permanente das crises internacionais. De fato, em um cenário de conflitos iminentes, as atividades culturais e educacionais tendem, nas palavras de P. H. Coombs, *to get brushed aside — not only in the press but in the high councils of Government — by the pressure of current crises. They occupy, as it were, the quiet, calm and sunny side of foreign relations, not the dramatic, stormy side.*²

¹ Paul Wilkinson, in Introdução a *International Cultural Relations*, de J.M. Mitchell, p. XII.

² Philip H. Coombs, *The Fourth Dimension of Foreign Policy: Educational and Cultural Affairs*, New York, Harper and Row, 1ª edição 1964, p. 1.

*

*The fundamental purpose of a program of cultural relations in any country is to correct the image of that nation formed abroad by those who know it only through its soldiers, its diplomats or its men of business, through its political, military and commercial enterprises in foreign markets and in foreign places.*³

Essas palavras de introdução a *The Cultural Approach*, de McMurry & Lee, ilustram a preocupação central que vigorou, no imediato pós-guerra, entre os (poucos) membros da comunidade acadêmica interessados em relações culturais internacionais. De fato, a correção de imagem constituía a grande motivação dos países que lançavam ou reexaminavam as bases de sua política cultural externa.

Outra ansiedade igualmente comum, na época, transparece das dúvidas levantadas pelos formuladores das bases da plataforma cultural externa francesa, que se indagam se, uma vez encerradas as batalhas, a influência dos antigos inimigos, *their respective cultures (...) do not remain formidable weapons which in the future may decide the conflict*.⁴

Assim, contra o pano de fundo da guerra, a cooperação cultural tangenciava a propaganda, era percebida como um elemento corretivo de imagem ou, mais dramaticamente, como uma arma decisiva na hipótese de um futuro conflito. De arma decisiva em um conflito, a cooperação cultural iria evoluir, como veremos na esteira do pensamento de alguns estudiosos do assunto, para a condição de instrumento de preservação da paz e enriquecimento da comunidade internacional. Essa mudança de ênfase, por sua vez, naturalmente refletiu todo um processo de gradual distensão e redução de atividades xenófobas.

De fato, e ainda que Norman Daniel, em *The Cultural Barrier*, considere a xenofobia uma condição básica da humanidade (e até mesmo uma fraqueza comum à raça humana⁵), o extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação verificado a partir da segunda metade do século XX, veio a permitir a intensificação de contatos entre povos distintos, bem como a troca de idéias e estudos sobre culturas variadas, contribuindo para a percepção de que a diversidade pode constituir uma fonte de riquezas, ao invés de uma razão para defesas.

Para essa evolução em muito terão contribuído os esforços e programas da UNESCO, então em seus primórdios, e uma percepção, por parte dos governos, de que os estudos e programas multilaterais ou bilaterais estabelecidos, se não proporcionavam resultados concretos a

³ Archibald MacLeish, in Introdução a *The Cultural Approach*, de McMurry & Lee, P. IX

⁴ R.E. McMurry & M. Lee, *The Cultural Approach. Another Way in International Relations*, The University of North Carolina Press, 1. ed. 1947, P. 230

⁵ Norman Daniel, Op. Cit., P. 12. A frase completa do autor é: *Xenofobia, which divides people in fact, unites them emotionally, because it is the common weakness of the human race*.

curto ou médio prazo, eram, pelo menos, responsáveis por um melhor grau de conhecimento das diferenças mútuas entre povos e nações. Nesse esforço de compreensão, que ia aos poucos sendo objeto de registro por parte dos estudiosos do assunto, repousavam as verdadeiras bases da diplomacia cultural internacional.

*

Como assinalamos, o estudo das relações culturais internacionais apenas começa a despertar maior atenção — o que não chega a ser grave, se tivermos presente que o conceito de “relação internacional” é, ele próprio, de certa forma recente. De fato, como relembra Marcel Merle em *Forces et enjeux dans les relations internationales*⁶, o próprio termo só teria surgido ao final do século XVIII.

Na obra citada, Merle relaciona os três paradigmas que, com maior ou menor constância, se fizeram presentes ao longo dos estudos dedicados às relações internacionais a partir do final do século XVIII. O primeiro enfatizaria a competição política entre as unidades fechadas constituídas pelos Estados soberanos, daí derivando uma relação construída ao redor do poder e das manobras necessárias para conservá-lo ou ampliá-lo.

O segundo paradigma, consequência de teorias econômicas liberais e marxistas do século XIX, deixaria as relações entre Estados em um plano secundário, para enfatizar o fator econômico e privilegiar mais diretamente o estudo das relações internacionais sob a ótica das tensões entre detentores e não-detentores da riqueza e dos meios de produção.

O terceiro, mais recente, atribui menor importância aos fatores políticos e econômicos para enfatizar o papel da revolução tecnológica, que não somente estaria em vias de alterar a estrutura de vida das populações, como já teria multiplicado as situações de interdependência entre Estados em todos os campos da atividade internacional.

Ao demonstrar que cada uma dessas teses naturalmente possui sua parcela de verdade, e indicar que a solução ideal consistiria em harmonizar entre si esses distintos elementos de pensamento, Marcel Merle levanta uma quarta possibilidade, que, como pano de fundo, interessa muito ao presente trabalho. De fato, indaga ele: *Le moyen de briser ce cercle plus ou moins vicieux ne consiste-t-il pas à faire intervenir un nouveau paradigme, en l'espèce le rôle du facteur culturel?*

A contribuição de Marcel Merle para essa visão mais abrangente vai muito além da percepção das atividades culturais como um simples

⁶ Marcel Merle, Op. Cit., P. 1

⁷ Marcel Merle, Op. Cit., P. 341

desdobramento de atividades políticas ou econômicas entre Estados (em geral interessados na utilização do instrumental cultural apenas para viabilizar determinados projetos específicos). Tampouco se restringe a relacionar a identidade cultural como fator de resistência de minorias étnicas, religiosas ou linguísticas diante de esforços de integração.

De maneira muito mais ampla, Marcel Merle propõe a liberação do fator cultural de seus parâmetros tradicionais para promovê-lo a *l'élément déterminant susceptible de rendre compte de l'ensemble du comportement des acteurs internationaux*⁸. O elemento cultural teria, assim, precedência sobre fatores meramente políticos ou econômicos pela simples constatação de que boa parte dos conflitos internacionais decorreria de tensões de origem cultural. Esse elemento cultural deveria, portanto, ser forçosamente levado em consideração no quadro de formulações diplomáticas ou estratégicas.

Para o sociólogo francês, as raízes dessas tensões culturais estariam, em parte, na descolonização iniciada após a segunda guerra mundial, e na conseqüente proliferação de novos países, com fronteiras quase sempre constituídas de forma arbitrária. A esse freqüente desrespeito pelas fronteiras nacionais teria correspondido inevitável desatenção pelas tradições culturais desses países recém-criados, cujas etnias, línguas e religiões, ao invés de consolidarem a formação nacional, teriam passado a representar forças de resistência à chamada "cultura universal" (simultaneamente imposta a esses países pelos meios de comunicação de massa do primeiro mundo).

Paralelamente, a velocidade e onipresença dos meios de comunicação de massa, longe de assegurarem eficácia aos mecanismos de intercâmbio cultural, logo colocariam em evidência enormes diferenças sociais e econômicas, gerando inevitáveis sentimentos de frustração nos países recém-criados. (Um dado que, como se verá mais adiante, ajuda a compor o pano de fundo favorável aos mecanismos de cooperação cultural sul-sul que porventura venham a ser adotados entre o Brasil e países do terceiro mundo).

Ainda na ótica de Marcel Merle, o período do segundo pós-guerra também se caracterizaria pela rápida transformação da cultura em *produto cultural*, com o conseqüente crescimento dos níveis de dependência (e ressentimento) por parte dos países consumidores. Ainda que um determinado país desenvolvido procure atenuar ou disfarçar essa verdadeira invasão silenciosa, *le poids spécifique qui résulte de ses interventions au titre de l'aide financière ou de l'assistance technique et de la commercialisation de ses produits est tel que son influence s'exercera fatalement sur les modes de vie et sur les mœurs du pays destinataire de ces flux*.⁹

⁸ Marcel Merle, Op. Cit., P. 342

⁹ Marcel Merle, Op. Cit., P. 345

Para dar ainda maior relevo a esse quadro, Marcel Merle relembra que as tensões culturais tendem igualmente a se manifestar em Estados caracterizados por grande heterogeneidade cultural (países balcânicos, Iugoslávia), ou Estados envolvidos com problemas de micronacionalismos, quer de origem lingüística (Bélgica, Canadá), religiosa (Irlanda do Norte), quer por outras razões (movimentos separatistas, por exemplo).

Inversamente, grandes formações culturais uniformes podem abarcar uma heterogeneidade política, gerando o fenômeno das solidariedades transnacionais, que se expressam tanto no terreno da religião, como no da ideologia e até do racismo, passando pelas mais variadas formas de cooperação internacional para fins assistenciais ou científicos.

A busca da identidade perdida é igualmente apontada por Marcel Merle como uma das grandes fontes de tensão cultural no mundo contemporâneo, sobretudo se analisada à luz das pressões (e das contradições) desencadeadas pela revolução tecnológica. Essas tensões se tornam muitas vezes responsáveis por violentas reações contra medidas modernizadoras levadas a efeito por Estados insensíveis à importância de suas heranças culturais. Esse fato, que esteve na raiz mesma da revolução iraniana, seria freqüentemente menosprezado pelos Estados, independentemente de seus sistemas políticos.

Para Marcel Merle, uma das possíveis conseqüências de um eventual escalonamento de tensões de natureza cultural poderá vir a ser, inclusive, a ruptura mais declarada entre países do terceiro mundo e países industrializados. De fato, imprensados entre o conformismo, de um lado, e a contestação freqüentemente anárquica, de outro, os países do terceiro mundo estariam aos poucos perdendo as esperanças de encontrar seus verdadeiros sistemas de valores. Para muitos, a ruptura mais radical poderia acabar sendo a derradeira saída.

Com base nesses grandes parâmetros e, também, valendo-se da constatação de que grande parte das tensões atualmente presentes no cenário internacional derivam de visões conflituosas de uma mesma realidade, Marcel Merle é levado a concluir seu ensaio¹⁰ com uma pergunta: *Est-ce à dire qu'une interprétation "culturaliste" des relations internationales puisse et doive se substituer aux explications classiques?*

Ao reconhecer ser ainda cedo para responder afirmativamente a essa pergunta, sobretudo em se tratando de matéria até aqui pouco estudada, Marcel Merle manifesta sua esperança de que o fator cultural não seja esquecido, como o foi tão freqüentemente no passado, e que venha a ser, ao contrário, objeto de constante diálogo com vistas à formação de um "ecumenismo cultural", que um dia integre mais eficazmente distintas culturas do Ocidente e Oriente.

¹⁰ O título do ensaio, publicado na obra citada, é *Le rôle du facteur culturel dans les relations internationales*. Foi originalmente apresentado em uma conferência realizada na Universidade Autônoma do México em abril de 1980.

*

Trinta anos antes, em seu livro *The Taming of the Nations*, F.S.C. Northrop igualmente enfatizara a importância do fator cultural como um elemento dinâmico das relações internacionais. Apesar de escrito em plena guerra fria, e ainda sob o impacto da guerra da Coreia, a obra tem o mérito de contestar o critério do interesse nacional como fundamentação exclusiva de política externa, acentuando, ao contrário, como verdadeira base dessa política, a necessidade de uma maior e mais constante cooperação internacional fundada no conhecimento mútuo.

Para Northrop, a multiplicação de fatores imponderáveis inerentes à realidade política dos Estados, a dificuldade em localizar as verdadeiras origens das tensões em determinadas regiões, a ignorância cultural, sociológica e antropológica que, pelo menos até aquela época, ainda caracterizava boa parte da ciência das relações internacionais, seriam alguns dos principais obstáculos à única investigação verdadeiramente essencial para a questão: a investigação da diversidade cultural de cada país.

Na visão de Northrop, o reconhecimento dessa diversidade cultural teria por consequência um maior respeito pelas leis e pelos costumes de cada país, o que, por sua vez, asseguraria o pluralismo do direito internacional e fundamentaria a política externa dos Estados: *The only foreign policy, therefore, which will work is one that wins men and nations by the ideals and spiritual values for which it stands. (...) All that is necessary is that there be mutual respect for, and protection under the law of the diverse ideologies and values of the different national and cultural political units of the world. (...) This is provided if the aforementioned principle of living law pluralism is made the basis for world law*¹¹.

A investigação cultural — entendida aqui como a busca de conhecimento mais profundo da realidade de cada Estado — se transformaria, assim, de simples elemento acessório à penetração política ou ideológica, em instrumento essencial de cooperação internacional. De sua assimilação nasceriam as bases das políticas externas dos Estados.

*

Os conceitos e idéias de Marcel Merle apresentam em grandes pinceladas o pano de fundo antropológico das relações culturais internacionais. Por sua vez, o pensamento de F.S.C. Northrop, acima resumido, contribui para redimensionar a importância do fator cultural, promovendo-o a elemento essencial da cooperação internacional. Já a obra recente de J.M. Mitchell, *International Cultural Relations*, revela de

¹¹ F.S.C. Northrop, *The Taming of the Nations*, The Macmillan Company, New York, 1.ª edição, 1952, P. 302

maneira mais concreta os contornos dessa cooperação cultural, com base na experiência colhida por países com tradição no assunto.

O objetivo das relações culturais internacionais na visão de Mitchell — ajudar as diferentes culturas a se entenderem mutuamente — corresponde essencialmente às idéias anteriormente defendidas por Merle e Northrop. De fato, em sua obra, Mitchell reitera o princípio de que a cultura é um veículo para a consecução de objetivos que transcendem em muito a mera manipulação dos jogos de influência.

A novidade do livro de Mitchell reside na especificidade de sua área de interesse, voltada, mais concretamente, para o estudo dos mecanismos de difusão cultural. Nele, entre outros temas, o autor trata da interdependência das culturas, da mutualidade na cooperação cultural internacional, da autonomia do agente cultural (em confronto com as expectativas do Estado-produtor), da distinção entre relações culturais e diplomacia cultural, das vinculações entre esses diversos temas e a política interna dos Estados.

Retomando idéias consagradas por outros autores, como Jacques Rigaud, ou implementadas há vinte anos por Governos (notadamente os da França e da RFA), Mitchell defende o princípio de que — consideradas as crescentes características de interdependência do universo cultural contemporâneo — qualquer esforço mais significativo de difusão cultural somente produz frutos se estiver centrado no conceito da mutualidade.

Trata-se de visão que, pelo menos a nível conceitual, deveria fundamentar os trabalhos relacionados à programação cultural internacional. Ainda que em alguns casos, notadamente nos dos países em desenvolvimento, a prática se revele difícil (pois os recursos humanos e financeiros são notoriamente escassos), é importante ter sempre presente que a relação cultural, a exemplo da relação comercial, constitui avenida de duas mãos. Com mais forte razão ainda no caso cultural — que busca a aproximação dos povos e a redução de áreas de desconfiança — o princípio da reciprocidade deveria contribuir para legitimar a credibilidade dos programas oferecidos, reforçando um indispensável clima de confiança mútua.

Como assinala Mitchell, os países desenvolvidos — hoje plenamente conscientes de que a cultura, sob suas variadas formas, constitui uma forma indispensável de comunicação entre sociedades distintas — encontram-se naturalmente em melhor posição material para levar adiante projetos inspirados nessa filosofia de mutualidade. Cada vez mais, esses países têm abandonado a idéia de um “retorno” a curto prazo de seus investimentos na área cultural, em favor de objetivos a mais longo prazo, que reflitam o aprimoramento de mecanismos de compreensão recíproca.

Como tivemos a ocasião de assinalar nos capítulos iniciais do presente trabalho, essa filosofia básica não decorre do altruísmo desses

países — e sim, pelo menos em importante medida, de uma sólida convicção de que esse aprimoramento ainda constitui a melhor ponte para o estabelecimento de mecanismos adicionais de cooperação. Nas palavras de T.L. Deibel e W. R. Roberts, ao analisarem a visão francesa sobre o assunto, (...) *French believe such activity will enhance French prestige and power and therefore inevitably facilitate accomplishment of the more specific and immediate purposes of French foreign policy.*¹²

Ou, como coloca P.H. Coombs com igual clareza ao referir-se à atuação dos países europeus nesse campo: *They do so, quite evidently, not out of woolly-headed sentiment or starryeyed idealism, but because they are convinced that a large investment in cultural relations pays off in very practical terms.*¹³

¹² Terry L. Deibel & Walter R. Roberts, *Culture and Information, Two Foreign Policy Functions*, Sage Publications, London, 1ª ed. 1976, P. 24.

¹³ P.H. Coombs, *Op. Cit.*, P. 95.

VI

O Estado e a Diplomacia Cultural

O pensamento dos autores mencionados no capítulo anterior nos obriga a uma menção, ainda que breve, ao papel do Estado no contexto das relações culturais internacionais. Por mais independentes que sejam — e quase nunca o são — as relações culturais internacionais, de qualquer natureza (acadêmica, diplomática, espontânea), se processam com o apoio claro ou velado dos Estados, quando não são por eles diretamente financiadas. Como, então, conciliar a visão filosófica mais ampla até aqui descrita, com os interesses muitas vezes mais imediatos do Estado?

Como evitar determinadas contradições que, com incômoda frequência, se produzem quando os interesses externos mais imediatos de um Estado entram em conflito com certos ideais ou conceitos mais absolutos de justiça, professados, internamente, por esse mesmo Estado?

No plano mais concreto dos programas e de sua implementação, como convencer o Estado a financiar a projeção internacional de seus valores culturais sem o exercício tentador das vinculações mais diretas com algumas de suas prioridades comerciais ou políticas? Como convencê-lo, no espírito da mutualidade, a “importar” manifestações culturais de terceiros países?

Mais difícil ainda, como conciliar alguns de seus interesses com a difusão, em terceiros países, de manifestações culturais que, por sua natureza, sejam percebidas como contrárias a esses interesses? Quando a BBC leva ao ar, no exterior, programas culturais que possam ser interpretados como favoráveis ao IRA, como deixar de entender a indignação de setores do Governo britânico?

As respostas a essas indagações já foram delineadas nos capítulos iniciais do presente trabalho. São, a um tempo simples e frustrantes, dado seu caráter quase abstrato. No plano regional ou internacional, a cooperação cultural constitui poderoso esteio na luta pela compreensão mútua dentro do respeito à diversidade — única maneira válida de melhorar as relações entre povos e Governos.

No plano bilateral, um país só tende a se fortalecer se projetar com firmeza seus valores — e se abrir para os de seu vizinho. Sem expectativas de retorno para o investimento realizado. Ciente de que um gasto em cultura, parodiando Dean Rusk, terá retornos tão grandes quando menores forem suas garantias.

Contudo, no caso mais específico dos *mecanismos de ação*, torna-se necessário voltar às distinções entre relações culturais internacionais e diplomacia cultural, termos que, por descreverem níveis de inter-relação cultural praticados entre Estados, ou seus membros, são freqüentemente utilizados como sinônimos.

A esse respeito, Mitchell defende a idéia de que os Estados podem exercer uma diplomacia cultural que possua objetivos concretos definidos e áreas de "retorno" mais visíveis — desde que não gritantemente óbvias. Mas deveriam igualmente esforçar-se por estimular, de maneira mais ampla (ainda que indireta), a criação de mecanismos culturais fora desses parâmetros restritivos e imediatistas.

Com essa visão concorda Charles Frankel, que relembra: *Educational and cultural activities as usually defined — the kind of clearly labeled activity in which foreign ministries, ministries of education, learned societies, schools, universities and religious organizations engage — are only a part, and a small part, of the educational and cultural commerce that nations have with one another.*¹ O autor em seguida alerta para a freqüência com que os Estados se prejudicam ao deixar de amparar, na formulação de suas atividades culturais oficiais, esse "comércio cultural" mais amplo.

Em outras palavras, o Estado pode, legitimamente, conceber programas culturais externos com um olho voltado para resultados, se não imediatos, pelo menos concebíveis. Mas também deve estar aberto para programas que, em linguagem orçamentária, se classificariam como "de fundo perdido". (São precisamente estes, por sinal, que mais resultados proporcionam — só que ao longo do tempo; e tempo é um conceito abstrato demais para determinadas realidades burocráticas).

Para os países em desenvolvimento essas distinções ou dificuldades acabam sendo apenas semânticas, uma vez que os orçamentos disponíveis mal permitem a realização de um trabalho mais convencional de diplomacia cultural. Para os países desenvolvidos, contudo, o tema tem conseqüências diretas sobre a ingerência dos governos em suas programações culturais no exterior, fato que, por sua vez, repercute sobre a autonomia relativa dos agentes culturais — e sua credibilidade como autênticos representantes de suas culturas.

O que convém reter de momento — e desse tema trataremos com mais vagar a seguir — é que, entre a relativa autonomia de atuação do British Council, e a atitude mais centralizadora exercida, por exemplo, pelo Quai d'Orsay, existirão muitas diferenças de forma e talvez algumas de substância. Mas todos os mecanismos utilizados refletem,

¹ Charles Frankel, Op. Cit., P. 68

ou se esforçam por refletir, a realidade e as políticas internas dos países responsáveis por essas relações culturais, bem como suas prioridades em política externa: *Clearly, external cultural policy cannot be practiced in abstraction. Its validity will depend upon the vitality of the domestic scene, on internal cultural policy. The two should ideally interlock.*²

Além dessas realidades básicas, as relações entre Estado e cultura apresentam uma dimensão adicional de mútua dependência: de um lado, cabe aos governos viabilizar a maior parcela dos custos dos programas culturais. De outro, o Estado depende visceralmente de todo tipo de subsídios culturais para sua sobrevivência.

No primeiro caso, e independentemente do grau de interferência, o financiamento da programação quase sempre tem origem estatal. E, vale lembrar, os custos dessa programação, no caso externo, não se limitam apenas à manutenção de centros culturais (quer sejam independentes, quer se encontrem vinculados às Chancelarias), mas envolvem enormes investimentos com pessoal, viabilização de projetos e material de divulgação.

No segundo caso, a dependência em que se encontra o Estado de subsídios culturais para a formulação de sua política interna é uma consequência direta da emergência de vasta e complexa rede internacional de cooperação intelectual, caracterizada por uma visão crescentemente interdisciplinar.

De fato, o Estado, apesar de grande produtor de projetos culturais, depende enormemente do setor privado, da comunidade intelectual ou dos artistas para a implementação de programas, o que naturalmente acarreta múltiplas (e mútuas) interferências. Nas palavras de P.H. Coombs: *As public and private policies will not necessarily coincide, the federal government and the private sector must somehow manage to be partners in this enterprise, even if at times uneasy ones.*³

Como relembra Charles Frankel, assim como o crescimento industrial em grande escala gerou novas exigências de organização econômica que ultrapassam fronteiras, o crescimento da comunidade internacional do campo das artes e ciências também gerou uma demanda que os governos não podem ignorar. Acrescenta o mesmo autor: *Nor can any major government afford to turn its back on such pressures. For it depends on the active good will of the scientific and intellectual community in a way that governments in the past have not.*⁴

² J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 9

³ P.H. Coombs, Op. Cit., P. 9

⁴ Charles Frankel, Op. Cit., Pp. 73-74

Sobre a questão específica do financiamento estatal a atividades culturais, Mitchell relembra que, dependendo de sua magnitude, esse aspecto da participação governamental pode até adquirir uma conotação negativa, gerando, por vezes, um efeito contraproducente. Dois fatos deveriam então ser invocados para colocar em perspectiva esse efeito supostamente adverso. O primeiro é que o subsídio a atividades culturais é hoje prática universalmente aceita em todos os países e quase sempre alvo de apoio interno. O segundo é que, em proporção crescente, a iniciativa privada vem sendo chamada a preencher determinadas lacunas orçamentárias de projetos culturais nacionais e, em certos casos, internacionais.

Nos Estados Unidos (onde a *US National Endowment for the Arts* tem entre suas funções angariar fundos para esse fim) e no Japão (onde a *Japan Foundation* desempenha idêntico papel), o apoio da iniciativa privada a atividades culturais já constitui prática usual. Deibel & Roberts comentam o caso norte-americano: *Cultural presentations, such as the sending abroad of symphony orchestras, ballet groups, and artists, have been practically discontinued except in the Soviet Union and Eastern Europe, partly because of the cost factor and partly because the private sector has been active in such enterprises without government assistance.*⁵

Da mesma forma, nos países nórdicos da Europa existe longa tradição de apoio da indústria e do comércio aos campos da cultura e das artes. A República Federal da Alemanha, a França, e a Itália (estas duas últimas aparentemente esquecendo a importância do mecenato em tempos não tão remotos) somente mais recentemente teriam aderido à idéia de financiamentos oriundos da iniciativa privada. Na Grã-Bretanha, em compensação, cerca de 25% do orçamento anual do *Arts Division* do British Council já seriam originários de fundos privados.⁶

O Brasil passou a contar com algumas alternativas nesse campo, notadamente a partir da criação do Ministério da Cultura e, mais especificamente, da aprovação da Lei Sarney (que dispõe de benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico).

De fato, a importância das fontes de financiamento não poderia ser menosprezada. De todos os obstáculos que confrontam os países em desenvolvimento nesse terreno, um dos principais ainda é a falta de confiança em investimentos que tenham por objetivo uma projeção

⁵ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 48

⁶ Para um total de 600 mil libras no período de 1982-83, cf J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 188

cultural no exterior. Além disso, por se tratar de países onde não existe uma forte tradição em matéria de política cultural interna, a luta por recursos normalmente escassos se torna ainda mais difícil. Nesse sentido, como assinalamos, a falta de recursos deve ser examinada no contexto mais amplo das prioridades na luta pelo desenvolvimento do país.

Se a riqueza cultural de um país é o resultado de uma infinita quantidade de programas bem sucedidos, que permitem ao Estado consolidar aos poucos os objetivos mais amplos de sua política cultural — democratização da cultura, desenvolvimento da comunicação, busca da identidade cultural, promoção dos valores culturais, defesa do patrimônio, ou estímulo às atividades culturais —, os objetivos da política cultural externa, na visão dos autores até aqui mencionados, deveriam consistir na projeção internacional desses valores, com vistas não somente à consecução de seus objetivos nacionais, mas também ao aprimoramento das relações internacionais.

O capítulo seguinte procura descrever o esforço de alguns países na busca desses objetivos.

VII

A Experiência de alguns países desenvolvidos

VII. 1. Tradição

Faites aimer la France, costumava dizer Talleyrand a seus Embaixadores, a título de despedida. Mais recentemente, o Senador Fulbright, no prefácio a *The Fourth Dimension of Foreign Policy*¹, atualiza e precisa o pensamento de Talleyrand: *The shape of the world a generation from now will be influenced far more by how well we communicate the values of our society to others than by our military or diplomatic superiority*.

Cerca de século e meio separa essas frases. Seu espírito, no entanto, é essencialmente o mesmo. E se a presença de Voltaire na corte de Frederico II cedeu lugar à transmissão mundial por satélite do recital de Horowitz em Moscou, a força geradora desses dois acontecimentos também permanece a mesma. A eletrônica apenas agilizou os meios colocados à disposição do homem em sua permanente busca de informação e enriquecimento cultural.

Coube à França o trabalho pioneiro de incorporar a alternativa cultural ao universo de sua política externa. A partir do início do século XX, outros países foram aos poucos seguindo o exemplo da França: a Grã-Bretanha e a Itália no período entreguerras, o Canadá e os Estados Unidos principalmente após a segunda grande guerra, a República Federal da Alemanha e o Japão a partir da década de sessenta. Analisaremos alguns desses países. A rigor, não fossem as limitações inerentes ao presente trabalho, poderíamos tratar de muitos outros, da experiência centralizadora dos países socialistas, aos esforços episódicos (mas bem sucedidos) de alguns países em desenvolvimento (notadamente Índia, México).

De fato, hoje, em uma escala que necessariamente varia em função do peso regional ou internacional de cada país, virtualmente todos os governos dedicam uma parcela de recursos humanos e financeiros à tarefa de projetar seus valores culturais além de suas fronteiras.

¹ J.W. Fulbright, in Introdução a: *The Fourth Dimension of Foreign Policy Educational and Cultural Affairs*, de PH. Coombs. P IX

Assim, o presente capítulo procura, de forma sintética, ilustrar os principais objetivos, métodos e prioridades dos trabalhos realizados por alguns desses países. Essas considerações não têm naturalmente por objetivo apontar um modelo ou uma meta para o Brasil, mesmo porque seria irrealista estabelecer comparações entre países de níveis desiguais de desenvolvimento, que perseguem, ademais, objetivos distintos em política externa.

O panorama permite, contudo, constatar que as Chancelarias dos países estudados participam intensamente das decisões relacionadas às políticas culturais, quer a nível de coordenação entre os demais órgãos com responsabilidades sobre o assunto (Grã-Bretanha), quer até mesmo a nível de produção, planejamento e controle de atividades específicas (França).

Permite igualmente constatar que, a partir do término da segunda guerra mundial, essa participação se tornou constante, independentemente das sucessivas flutuações políticas por que possam ter passado os governos em questão. Igualmente constantes terão sido os investimentos realizados por esses países no setor cultural. Apesar das oscilações ocorridas, é assim lícito afirmar que a diplomacia cultural sempre foi privilegiada em termos humanos e financeiros no cômputo de gastos públicos dos países a seguir analisados.

VII. 2. Política cultural e política de informação

Convém relembrar que, com exceção dos Estados Unidos da América, todos os países analisados, bem como outros com tradição na matéria (Canadá, Itália, países escandinavos), estabelecem uma clara distinção entre política cultural e política de informação. Como assinalam Deibel & Roberts, *one is a policy of information effort, which has as its purpose the articulation and defense of the nation's foreign policy overseas and generally operates as a part of the political section of the foreign ministry and embassy. The other function is cultural communications, designed to portray the national society abroad and managed either by a separate cultural section of the foreign ministry and embassy, or by an entity all but independent of the government itself.*²

Sob essa perspectiva, os programas de informação refletiriam essencialmente os projetos políticos dos governos e se caracterizariam por indistinta parcialidade. Seriam programas apoiados no que se denomina *fast media* (rádio, televisão, imprensa). Os programas considerados como de natureza mais cultural, por sua vez, corresponderiam aos objetivos de mais longo prazo das nações (e não dos governos), refletindo

² T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 56

valores mais estáveis. Seus canais de expressão (livros, exposições, filmes, etc.) também refletiriam essa perspectiva mais ampla.³

Assim, embora os dois campos possuam áreas comuns — tanto que algumas referências a atividades mais especificamente de informação estarão incluídas no presente capítulo — a preocupação central das páginas que seguem diz respeito às políticas culturais dos países selecionados.

VII. 3. A França

A primazia francesa nesse terreno é indiscutível e, como relembra J.M. Mitchell⁴, remonta pelo menos aos reinados de Luís XIII e XIV, monarcas que prestaram decidido apoio ao trabalho dos missionários e, por meio deles, à difusão da língua e cultura francesas na Europa, Canadá e Oriente Médio. Em consequência, o francês já era, ao final do século XVIII, a língua comum à nobreza e intelectuais europeus, uma situação que iria resistir às mudanças políticas verificadas no século XIX. As palavras de Napoleão em Santa Helena, citadas por P.H. Coombs, teriam sido assim proféticas: *I have been forced to conquer Europe by the sword; he who comes after will conquer it by the spirit.*⁵

A França foi igualmente pioneira na vinculação mais estreita entre fator cultural e política externa. A partir de 1910, uma divisão é criada no Ministério dos Negócios Estrangeiros para coordenar esse trabalho de difusão da língua e cultura francesas no exterior. (O exemplo logo frutificaria em outros países europeus). Setenta anos depois, já na década de 1980, o relatório Rigaud⁶ iria reafirmar a responsabilidade inalienável do governo em não somente auxiliar como supervisionar o processo e o conteúdo dos programas culturais no exterior. Nesses setenta anos a França desenvolveu e aprimorou uma série de mecanismos que permitiram projetar externamente, com uma eficiência até aqui sem paralelos, seus valores culturais. Nas palavras de Jacques Rigaud: *Il est vrai que si la France, du Japon au Brésil, est regardée comme "différente" et pèse d'un poids plus lourd que celui qui résulte du PNB, c'est en raison de cette présence culturelle répandue et vigoureuse.*⁷

O bom êxito é naturalmente também, pelo menos em boa medida, consequência do enorme nível de compromisso político e financeiro.

³ Op. Cit., P. 57

⁴ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 22

⁵ P.H. Coombs, Op. Cit., P. 79

⁶ Encomendado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da França em 1979, o relatório Rigaud estabelece diretrizes para a atuação cultural externa francesa.

⁷ Jacques Rigaud, Op. Cit., P. 13

De fato, já no imediato pós-guerra, a França passara a destinar 36% dos recursos orçamentários do Ministério dos Negócios Estrangeiros a essa finalidade. Hoje canaliza para o mesmo fim cerca de 50 a 60% do orçamento, o que a torna o país com o maior programa de atuação cultural no mundo ocidental.⁷ Esses percentuais, é verdade, refletem objetivos não somente culturais, mas também científicos e técnicos. Para tanto, a França conta com um quadro de aproximadamente quarenta mil pessoas, das quais cerca de trinta mil são professores e dez mil especialistas em outros ramos que não o de ensino.

A defesa e expansão da língua constituíram até muito recentemente um dos objetivos primordiais da própria política externa francesa, o que explica a rede internacional com mais de cem liceus, 250 centros ou institutos culturais e 1.200 filiais da Aliança Francesa, com aproximadamente quinhentos mil estudantes matriculados. Acelerado principalmente a partir do processo de descolonização, quando a língua passou a ser o traço comum de mais de 140 milhões de habitantes em 32 países independentes, a penetração do idioma chegou a ser considerada condição essencial ao bom êxito de outras formas de ação cultural e técnica junto a estrangeiros.

O intercâmbio de bolsistas, parte importante desse projeto, privilegia cerca de quinze mil estrangeiros ao ano, originários, principalmente, de países em desenvolvimento (o que explica as proporções de 2:1 em favor dos cursos técnicos sobre as opções mais acadêmicas).

A rede externa de ensino, no entanto, já não se encontraria hoje a serviço exclusivo da divulgação da língua e cultura francesas. De fato, uma das mais interessantes recomendações do relatório Rigaud foi a de insistir na transformação desse bastião exclusivo da francofilia em instrumento de intercâmbio — com igual ênfase na cultura local.⁸ Essa mudança parece enfatizar projetos culturais internacionais mais fundamentados no conceito de mutualidade, assunto a que nos referimos em capítulos anteriores.

Um dos argumentos permanentemente invocados pelos que criticam a alocação de recursos para atividades culturais é o de que esses investimentos não proporcionariam retornos visíveis. No caso da França, porém, além dos retornos invisíveis, essas atividades geram exportações superiores a US\$ 70 milhões ao ano em produtos editoriais (que corres-

⁷ T.L. Deibel & W. R. Roberts, *Op. Cit.*, P. 24. P.H. Coombs, no entanto, relembra que cabe à União Soviética a supremacia em termos de investimentos estatais na área cultural externa, em termos absolutos ou relativos. Por outro lado, se considerarmos os fundos não-governamentais, os EUA ocupariam o primeiro lugar. (*Op. Cit.*, P. 87-95)

Jacques Rigaud, *Op. Cit.* Pp. 40-42 (*Proposition n° 9: pour une politique de la langue*).

pondem, a nível de produção, a 20% do consumo interno), e refletem o profundo entrosamento existente entre o Governo e a indústria editorial (notadamente as empresas Hachette e Larousse), do qual são testemunhos os subsídios para vendas em mercados pouco lucrativos, o rateio de custos de publicidade e os cursos de treinamento para livreiros estrangeiros.

No Quai d'Orsay, o modesto *Bureau des écoles et des oeuvres françaises à l'étranger*, criado em 1910, deu origem à poderosa Direção Geral para as Relações Culturais, Científicas e Técnicas, hoje responsável pela coordenação da política cultural externa da França. Esse esforço é feito em estreita cooperação com os Ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações¹¹, além de entidades como a *Radio France Internationale* (RFI), o Instituto Nacional do Audiovisual (INA) e o *Intermedia* (que substituiu o antigo *Interaudiovisuel*). As ações de todas essas entidades repercutem no exterior graças ao entrosamento permanente com o Quai d'Orsay.

No primeiro caso, a *Radio France Internationale*, o campo de ação cobre tanto a França (irradiação de programas, em nove línguas distintas, dirigidos a trabalhadores estrangeiros residentes em seu território), quanto o exterior, neste último caso com programas veiculados em francês e outras cinco línguas (entre as quais o português). A RFI também presta serviços mais diretos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem remete todos os dias úteis, nas línguas citadas, boletins de notícias, comentários políticos, trechos dos principais discursos da Presidência e resumos das atualidades francesas nos diversos campos, notadamente na área cultural.

O *Instituto Nacional do Audiovisual*, por sua vez, cobre áreas que vão da formação de profissionais do audiovisual (recebendo estagiários do mundo inteiro para esse fim), à conservação dos arquivos existentes na antiga ORTF (até 1975) e dos arquivos das estações de televisão (até 1981), o que implica responsabilidade sobre a preservação e distribuição, na França e no exterior, nesse caso via Quai d'Orsay, de obras audiovisuais francesas produzidas até os períodos citados.

O *Intermedia*, finalmente, é um órgão diretamente vinculado ao Quai d'Orsay e tem responsabilidade pelo desenvolvimento das relações culturais no exterior no campo do audiovisual, prestando apoio, também, à promoção comercial das sociedades francesas de televisão e de cinema. Nesse sentido, é responsável pela produção e distribuição do material audiovisual posterior a 1975 (para filmes) e 1981 (material de televisão).

¹¹ No caso das ex-colônias francófonas e do Canadá, os projetos são administrados pelo Ministério da Cooperação.

e coopera com a UNIFRANCE em projetos relacionados à comercialização do cinema francês no exterior.

Todo esse esforço coordenado e abrangente de difusão cultural deriva diretamente de uma percepção que Jacques Rigaud expressa nos seguintes termos: *Il n'est pas exagéré de dire que c'est en raison de son image culturelle que la France peut encore prétendre à un rôle mondial*.¹¹

VII. 4.A República Federal da Alemanha

Dois fatores adversos condicionam a política externa da República Federal da Alemanha, com inevitáveis reflexos sobre sua política cultural: o passado nazista e a divisão do país. Paradoxalmente, esses fatores talvez também tenham contribuído para libertar a República Federal da Alemanha das práticas tradicionais que prevaleceram na Europa até a década de sessenta em matéria de política cultural internacional. A tarefa, como relembram T. Deibel & W. Roberts, *was to be accomplished through emphasis on values in the German traditional antithetical to Nazism: humanism, internationalism, pluralism and the traditional German arts and letters — in a word, "Kultur"*.¹²

Em consequência, a RFA esteve, ao lado da França, entre os primeiros países desenvolvidos da Europa a conceber e colocar em prática os conceitos da mutualidade nas relações culturais internacionais. Deibel & Roberts registravam, já em 1976, que (...) *a major effort is under way to make the program more reciprocal by using local talent overseas and balancing the exchange program* (...).¹³

Tratava-se, na época, de alternativa de certa forma revolucionária — em comparação com as tradicionais formas de política cultural, até então centradas na projeção de interesses nacionais.¹⁴ A nível de programas, esse conceito mais amplo de cultura possibilitou o surgimento de uma série de atividades culturais centradas no estímulo à cooperação e aos projetos em parceria. Esses parâmetros permitiram, assim, a inclusão nas programações de variada temática sobre aspectos distintos da vida na sociedade da República Federal da Alemanha: *themes now are*

¹¹ Jacques Rigaud, Op. Cit., Pp. 34-35

¹² T.L. Deibel & W. R. Roberts, Op. Cit., P. 30

¹³ Op. Cit., P. 31

¹⁴ J.M. Mitchell relembra que a importância dessas idéias não está tanto na novidade e sim no fato em que elas fundamentam a estratégia da política cultural internacional da RFA: *That, particularly at this high political level, was new. No better paradigm could be found to illustrate the advance from an information — based style to one concerned with mutual benefit.* (Op. Cit., P. 61)

*the economic, scientific and technological achievements of the Federal Republic, the stability of its institutions and mobility in the West German social structure.*¹⁵

Apesar de sua estrutura constitucional federativa, as relações culturais da República Federal da Alemanha com o exterior também são coordenadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja *Direção de Relações Culturais* tem, entre suas responsabilidades, a de harmonizar os trabalhos dos diversos órgãos da administração direta ou das autarquias que atuam no campo da cultura. Essa coordenação, contudo, não é excessiva, situando-se a meio caminho entre a atitude mais centralizadora da França e o *arm's length policy* adotado pelo governo da Grã-Bretanha com relação ao Conselho Britânico.

Graças a essa relativa flexibilidade, a estrutura descentralizada funciona com agilidade. A nível dos Ministérios, o de Economia apóia a exportação de livros e filmes; o de assuntos Pangermânicos tem responsabilidades sobre aspectos da divulgação internacional da RFA; e o do Interior supervisiona os institutos históricos e arqueológicos alemães no exterior, além de se ocupar de assuntos universitários, esportivos e cinematográficos, entre outros.

Além disso, o *Departamento Governamental de Imprensa* fornece regularmente à rede diplomática e consular alemã material informativo sobre o país. Trata-se de um órgão estatal, responsável pela coordenação de todas as atividades da imprensa, na RFA e no exterior. Para o exterior, as verbas anuais destinadas a esse trabalho têm oscilado, nos últimos anos, entre US\$ 35 e 45 milhões.

Equipado com uma central de computação eletrônica, esse Departamento tem entre suas finalidades produzir vídeos para a televisão e programas de rádio em línguas estrangeiras, analisar o noticiário nacional e internacional, bem como remeter à rede diplomática e consular boletins noticiosos regulares.

A produção de filmes informativos está a cargo da *Internaciones*, uma autarquia responsável pela maior parte das atividades de difusão cultural no exterior. Essa entidade é igualmente responsável pela produção de publicações em língua estrangeira, e pelos programas de ensino de língua alemã em rádio e televisão. Coordena, além disso, cerca de três mil visitas oficiais ou oficiosas realizadas à RFA a cada ano.

A assistência aos estudantes estrangeiros na RFA, e aos bolsistas alemães no exterior, é responsabilidade do *Departamento Alemão de Intercâmbio Acadêmico, DAAD*, uma autarquia com um orçamento

¹⁵ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 31

anual de aproximadamente US\$ 60 milhões (90% dos quais, vale frisar, provenientes do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Com um orçamento anual de cerca de US\$ 20 milhões (90%, uma vez mais, provenientes do Ministério dos Negócios Estrangeiros), a *Fundação Humboldt* tem responsabilidade pelo recrutamento de bolsistas de pós-graduação (quer de estrangeiros na RFA, quer de alemães no exterior). Edita uma revista especializada, na qual bolsistas e ex-bolsistas publicam matérias, consolidando assim a rede de contatos que esse programa proporciona.

O *Instituto Goethe* administra uma rede de aproximadamente cento e setenta centros de estudos alemães no exterior, espalhados por sessenta e cinco países. Tem por objetivo, à semelhança da Aliança Francesa, a difusão da língua e da cultura. Suas operações, que na RFA são autofinanciadas, contam, no exterior, com cobertura financeira da Direção de Relações Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Idealizado e implementado em menos de uma geração, esse esforço coordenado de difusão cultural da República Federal da Alemanha no exterior é hoje considerado modelar entre países com tradição no assunto. Deibel & Roberts sintetizam as raízes do êxito, ao relembra-rem que *the need was not so much the reestablishment of a great nation, but the rehabilitation of its international reputation after the ravages of Nazism*.¹⁶ Os resultados são particularmente significativos se tivermos presente o comentário lacônico de McMurry e Lee, no livro em que, trinta anos antes, passavam em revista programas internacionais de cooperação cultural: *Cultural relationships between Occupied Germany and other countries were still under the control of Allied Military Government in the autumn of 1946*.¹⁷

VII. 5. O Reino Unido

A execução das atividades de difusão cultural do Reino Unido no exterior é delegada a três agências especializadas, o *Central Office of Information* (COI), a *British Broadcasting Corporation* (BBC) e o Conselho Britânico. Das três, contudo, cabe ao Conselho Britânico a responsabilidade maior pela política cultural do país no exterior.

O estímulo inicial para a fundação do *British Council*, em 1934, foi percepção de que as relações comerciais da Grã-Bretanha poderiam beneficiar-se com o incremento de relações culturais. Cinco décadas depois, por ocasião das cerimônias do cinquentenário do Conselho, Sir

¹⁶ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 30

¹⁷ R.M. McMurry & Lee, Op. Cit., P. 77

Anthony Parsons, que havia sido o representante permanente da Grã-Bretanha nas Nações Unidas entre 1979 e 1982, sintetizaria a razão de ser do Instituto em termos que reiteravam essa percepção: *If you are thoroughly familiar with someone else's language and literature, if you know and love his country, its cities, its arts, its people, you will be instinctively disposed, all other things being equal or nearly equal, to buy goods from him rather than from a less well known and well liked source, to support him actively when you consider him to be right and to avoid punishing him too fiercely when you regard him as being in the wrong.*¹⁸

Maior simplicidade (as palavras quase chegam às raias da candura) dificilmente poderia ser encontrada em textos sobre o assunto. Mas foi precisamente a partir dessa simplicidade que o Reino Unido efetivamente construiu, com o Conselho Britânico, um dos melhores exemplos de equilíbrio e eficiência em termos de política cultural externa. Equilíbrio, pela maneira equidistante com que o Governo se comporta com relação ao Conselho, em cujos programas procura não interferir, pelo menos de forma ostensiva. Eficiência, pelo apoio financeiro e político que sempre procurou prestar a uma instituição por definição independente (e que, por ser independente, era freqüentemente rebelde e por isso sujeita a críticas das mais variadas procedências). Assim, e apesar das constantes ameaças de cortes de verbas, o Governo merece boa parte do crédito pelo êxito do trabalho do Conselho Britânico no exterior. Um crédito que, pelo menos no entender de A. MacLeish, não seria modesto: *It is largely in consequence of the activities of the British Council that no literate European will ever again refer to the English as a nation of shopkeepers.*¹⁹

As funções do Conselho Britânico vão desde o ensino da língua e a formação de professores de inglês, ao intercâmbio acadêmico e profissional no campo da ciência, das artes e da tecnologia. A entidade organiza, além disso, concertos, exposições de artes plásticas, feiras de livros e mostras teatrais. Dirigido por um Conselho do qual fazem parte membros de universidades, artistas, cientistas, industriais e representantes de organizações sindicais e do Governo, o *British Council* se orgulha também da independência de suas colocações políticas, uma característica que, de resto, igualmente se faz sentir nas outras duas entidades britânicas

¹⁸ Anthony Parsons, *Cultures and Philistines: British attitudes to culture and cultural diplomacy*, British Council 1985, P. 6

¹⁹ A. Macleish, in introdução a *The Cultural Approach*, de McMurry & Lee, P. IX. O interesse das palavras não está tanto na imagem, mas no fato de terem sido escritas em 1946, a apenas doze anos, portanto, da criação do British Council.

com responsabilidade pela projeção da cultura britânica no exterior, o *Central Office of Information* e a *British Broadcasting Corporation*.

O *Central Office of Information* é uma peça importante nesse sistema, porque atua no plano interno e no plano externo. Dispõe de um corpo de aproximadamente 700 funcionários e de um orçamento anual da ordem de US\$ 23 milhões (somente para a parte internacional). Cabe-lhe, entre outras funções, produzir material de informação e publicitário (inclusive para rádio e televisão), dirigir campanhas de utilidade pública, realizar filmes, exposições (250 somente em 1985) e outras mostras visuais. É igualmente encarregado de apoiar o fluxo de visitantes estrangeiros em visita oficial à Grã-Bretanha.

Com 120 milhões de ouvintes em 1985, a *BBC* mantém transmissões regulares em ondas curtas para a maioria dos países do mundo (em 36 línguas), perfazendo um total superior a 760 horas semanais²⁰, em uma programação que se apóia em noticiários, programas de atualidades e comentários políticos, além de cobertura esportiva, musical, literária e teatral, através da qual divulga e projeta no exterior a vida e a cultura do Reino Unido. O *Foreign Office* possui uma divisão encarregada de acompanhar toda essa programação.

O *Foreign Office*, convém lembrar, exerce considerável influência sobre a política cultural externa da Grã-Bretanha. Embora não se trate de interferência direta, a influência provoca, assim mesmo, algumas reações. Com a autoridade de quem representou o Conselho Britânico em seis países, entre 1949 e 1985, e participou de sua direção até recentemente, J.M. Mitchell formula algumas críticas a essa influência, que considera prejudicial ao conceito da mutualidade das relações culturais internacionais. Seus comentários sobre esse ponto específico mereceriam uma transcrição integral, por ilustrarem de modo sintético as principais diferenças entre relação cultural e diplomacia cultural: *The principal disadvantage of this primacy of foreign policy, however, is that it reinforces the one-way, outward concept. Also there is the danger of thinking and planning in the short term rather than in the longer term required by cultural relations. The justification for government expenditure tends to be sought predominantly or even exclusively in the direct benefit to the country providing the money. Evaluation of success is based on the same premise. The emphasis is on acquiring prestige and influence. While the primacy is appropriate, therefore, for cultural propaganda and for cultural diplomacy, it is less appropriate for cultural relations as a two-way process.*²¹

²⁰ Cf. Deibel & Roberts, P. 37

²¹ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 68

Mais pragmático, ao observar que o British Council é o “braço cultural” do Governo britânico no exterior, Charles Frankel reduz a questão às suas dimensões essenciais: *There could be little doubt that the British Council would be forced to close shop immediately if it were deemed by the Foreign Office to be working at cross-purposes to British foreign policy.*²²

VII. 6. Os Estados Unidos da América

Descritos por McMurry & Lee como um *latecomer in the field*²³, os Estados Unidos somente iniciaram um programa mais ativo nesse campo em 1938. Até então, excetuados alguns tímidos esforços na França, Itália e México, as iniciativas norte-americanas nesse campo, segundo Frank Ninkovich, haviam permanecido restritas ao campo privado e filantrópico, notadamente em função da atuação da Carnegie Endowment e da Fundação Rockefeller.²⁴

A segunda guerra mundial iria acelerar a percepção norte-americana pela utilidade da transmissão de informações culturais além-fronteiras. De fato, os Estados Unidos logo perceberam que essa alternativa constituía o único meio eficaz de atenuar os efeitos externos do isolamento em que o país até então vivera, e passaram a desempenhar em poucos anos o papel que correspondia à sua verdadeira dimensão no cenário internacional.

Na prática, o início da participação mais direta dos Estados Unidos da América em campanhas de divulgação no exterior remonta a 1938 e seu alvo foi a América Latina, cuja lealdade às vésperas da segunda guerra mundial era importante preservar ou conquistar. Data desse ano a criação da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado, cuja responsabilidade, segundo R. McMurry e M. Lee²⁵, e Charles Frankel²⁶, se estendia do intercâmbio entre professores e alunos, a diversas formas de cooperação cultural e intelectual nos campos da música, literatura e artes plásticas. A divisão respondia igualmente pela formação de bibliotecas, produção de traduções de obras representativas da literatura norte-americana, bem como pela participação em produções radiofô-

²² Charles Frankel, Op. Cit., P. 86

²³ R. McMurry & M. Lee, Op. Cit., P. 208

²⁴ Frank A. Ninkovich, *The diplomacy of ideas - US foreign policy and cultural relations, 1938-1950*, Cambridge University Press, 1ª edição 1981, Pp. 12-15

²⁵ McMurry & Lee, Op. Cit., Pp. 208-209

²⁶ Charles Frankel, Op. Cit., Pp. 25-26

nicas internacionais. Em 1941, era criado no Departamento de Estado o cargo de Encarregado de Relações Culturais.

Também em função da segunda grande guerra, a América Latina viria a ser o primeiro continente a receber institutos culturais norte-americanos. A exemplo do ocorrido com os centros ingleses, franceses e italianos, esses institutos, que haviam originalmente surgido de forma mais ou menos espontânea graças ao esforço das comunidades de americanos residentes na América Latina, logo passaram a receber apoio financeiro e logístico do governo norte-americano. Em 1946 já havia 27 desses institutos culturais em todo o mundo, a maior parte deles na América Latina.

Curioso observar a emergência, nos Estados Unidos da época, de um esforço paralelo de consolidação de sentimentos pan-americanistas — segundo Frank Ninkovich com certa dose de exagero: *Certainly the State Department (...) did its best to stimulate what became a near craze for Pan-Americanism by the fall of 1941. Hundreds of "institutes" or seminars on inter American relations were held throughout the nation. Pan-Americanism was promoted in schools (...), assorted groups (...), Catholic organizations (...), women's clubs (...), poetry societies (...).*²⁷

Data igualmente de 1946 a aprovação da Lei Pública 584, de autoria do Senador Fulbright, que autorizava a utilização de recursos provenientes de excedentes militares para fins de financiamento de intercâmbio educacional. O autor do programa resumiria suas intenções com as seguintes palavras: *Education is in reality one of the basic factors in international relations — quite as important as diplomacy and military power in its implications for war and peace.*²⁸

Essa lei, cujo alcance original se limitava a determinados países (nos quais os EUA detinham divisas em moeda forte), seria posteriormente expandida pelo Smith-Mundt Act, de 1948, que ampliou os programas de cooperação educacional e cultural norte-americanos. Em 1960, já na administração Kennedy, o Congresso norte-americano aprovaria o Fulbright-Hays Act, que absorvia os pontos principais de todas as legislações que se haviam sucedido desde então, dando-lhes maior flexibilidade e operacionalidade.²⁹

As transmissões iniciais da Voz da América datam de 1942. Outras transmissões se seguiriam no contexto da guerra fria entre 1950 e 1953. Nesse último ano foi criada a *United States Information Agency*, diretamente vinculada à Presidência da República, via Conselho de Segurança Nacional.

²⁷ Frank Ninkovich, Op. Cit., P. 41

²⁸ P.H. Coombs, Op. Cit., P. X

²⁹ P.H. Coombs, Op. Cit., Pp. 30-31 e 50-51

Inicia-se nessa época o declínio da influência predominante do Departamento de Estado em matéria de planejamento e controle das atividades culturais e de informação norte-americanas no exterior. O Departamento de Estado continuaria a responder pelo intercâmbio educacional e por alguns programas culturais, mas a USIA deteria, a partir daquele momento, a parcela maior de responsabilidades (e de verbas) desse setor. Charles Frankel atribui essa divisão de responsabilidades a John Foster Dulles, que sempre insistira na necessidade de, nas palavras de Frankel, *free the Department of State from the responsibility for operations in the field other than those directly related to the conduct of diplomacy in the traditional sense*.³⁰

Essa divisão de responsabilidades, por sinal, é até hoje objeto de sérias críticas, como as que formulam Deibel & Roberts ao afirmarem: *Indeed, it appears that the creation of a separate Information Agency in the United States and the splitting of the cultural program between USIA and the State Department may have resulted in the worst of all possible worlds — removing the spokesman role from the policy-maker and politicising cultural communications*.³¹

Esse “pior dos mundos” tem, naturalmente, raízes na própria deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética no pós-guerra. Nesse sentido, assim como a segunda grande guerra precipitou a entrada norte-americana no cenário cultural internacional, a guerra fria seria responsável pela verdadeira campanha internacional que os Estados Unidos passariam a realizar nos anos cinquenta em defesa de suas posições ideológicas.

Por essa razão, os Estados Unidos em 1950 eram considerados “um país subdesenvolvido em termos de filosofia política”, conforme opinião de Frank Ninkovich, que denunciava o dilema da posição norte-americana nos seguintes termos: *Circumstances dictated an effective mobilization of national cultural resources and their use in an international power struggle at the same time that there existed the equally vital need to maintain the intellectual and organizational continuity of a non-political, antinationalist tradition. Could one join opposites by reconciling liberalism and realpolitik?*³²

Assim, ao contrário dos países da Europa Ocidental que, no pós-guerra, procuraram colocar a projeção internacional de seus valores culturais e humanísticos em primeiro plano, deixando para um segundo

³⁰ Charles Frankel, Op. Cit., P. 26

³¹ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 58

³² Frank Ninkovich, Op. Cit., P. 177

plano quaisquer outras considerações de natureza política ou social, os Estados Unidos se sentiram compelidos, até mesmo por sua condição de grande potência, a trabalhar mais diretamente com temas vinculados à batalha de ideologias. O anticomunismo passou a ocupar o primeiro lugar nas preocupações dos responsáveis pelos trabalhos nesse campo, como ilustra o seguinte exemplo de J.M. Mitchell, extraído de artigo do *New York Times* de março de 1950: *The newly-elected Senator from Massachusetts, William Benton, pleaded in his maiden speech in the Senate for "a Marshall Plan in the field of the ideas", and said that "the information gap was the channel through which communism spread"*.³³

Embora o termo "propaganda" tenha sido utilizado, com maior ou menor justiça, pelos principais protagonistas nessa batalha de ideologias, é inevitável que toda a programação norte-americana acabaria afetada pela ênfase política que, de forma mais ou menos constante, influenciou seus projetos no campo da cultura e da informação.

É bem verdade que os trabalhos de difusão cultural inevitavelmente contêm elementos de propaganda, tanto que as distinções entre as duas áreas se tornam muitas vezes fluidas. Ao comentar os trabalhos do *British Council* durante a guerra, por exemplo, J.M. Mitchell reconhece que o Conselho desempenhou, naquele período específico, importante papel a nível de propaganda propriamente dita, fato que justifica pela necessidade estratégica de fazer face aos enormes investimentos então realizados pela Alemanha nesse mesmo terreno. E acrescenta o autor a título de diferenciação: *The policy of giving clients what they want rather than what one feels should be served up to them is a basic distinction between propaganda and cultural relations*.³⁴

Sobre esse ponto específico, McMurry & Lee, lembrando que os franceses, antes da primeira guerra mundial, habitualmente denominavam seus trabalhos nesse campo de "propaganda intelectual", reconhecem que qualquer trabalho bem sucedido de cooperação cultural com outros países indiscutivelmente contém certos elementos de propaganda — mas, insistem os autores, *propaganda in its original sense of "propagation of faith"*. E, em seguida, o Brasil é incluído entre os exemplos que ilustrariam essa difícil distinção: *The love which the French, the British, the Spanish, the Italians, the Russians, the Brazilians and all other peoples have for their homeland, their faith in their own institutions*

³³ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 54

³⁴ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 51

*and in their own life and thought, find expression in their cultural activities abroad.*³⁵

De toda forma, e considerando o peso específico dos EUA no cenário internacional, o esforço norte-americano nesse campo permanece falho, pelo menos em termos comparativos, como afirma P.H. Coombs: *The European nations (...) obviously take cultural affairs more seriously as a dimension of their foreign policy than does the United States.*³⁶

O grande desafio norte-americano talvez consista em procurar aderir às teorias que os países europeus com tradição no assunto vêm, aos poucos, transformando em prática e que visam, como vimos no presente capítulo, objetivos de muito longo prazo. Esse trabalho, centrado em objetivos deliberadamente genéricos de cooperação e respeito mútuo, deveria sempre que possível dissociar-se de conotações objetivas materiais — e, com mais razão ainda, de mensagens ideológicas mais evidentes.

Charles Frankel chama a atenção para os desdobramentos do problema: *A too eager emphasis on the political purposes of these programs can discourage participation by artists, scholars and students (...) and can put American education and culture in precisely the wrong light by making them appear to be simply servants of politics.*³⁷

Uma política cultural mais centrada na mutualidade e menos preocupada em disseminar mensagens ideológicas talvez não tivesse incorrido nas críticas formuladas por P.H. Coombs, ao comentar os programas norte-americanos na América Latina, tachados pelo autor de inadequados e pouco imaginativos. Lamenta Coombs: *If we need a reminder of the folly of taking friends for granted, we can find it in Latin America. It was here that the US cultural relations program got its start, yet it is here also, ironically, that our postwar efforts have fallen most conspicuously short of the need and opportunity.*³⁸

VII. 7. Denominador comum

Ao passar em revista algumas das diversas formas de atuação internacional no campo cultural, é interessante comprovar o nível de apoio demonstrado pelos Governos citados à alternativa cultural como elemento atuante de sua política externa. Por outro lado, é importante confirmar

³⁵ McMurry & Lee, Op. Cit., P. 245

³⁶ P.H. Coombs, Op. Cit., P. 95

³⁷ Charles Frankel, Op. Cit., P. 89

³⁸ P.H. Coombs, Op. Cit., P. 102

o grau de envolvimento e de intimidade que tem caracterizado o trabalho das Chancelarias dos países indicados no campo da difusão cultural.

De fato, ainda que a ampla e variada infra-estrutura mais diretamente responsável pelas programações culturais esteja em mãos de outros Ministérios, agências ou entidades culturais, as Chancelarias dos países estudados quase sempre mantiveram o controle, ou boa medida de influência, sobre a substância dos projetos. O caso mais extremo dos Estados Unidos constitui exceção da relação entre cultura e Chancelaria, mas não de relação entre cultura e política externa, uma vez que a USIA, com ou sem entrosamento com o Departamento de Estado, terá procurado servir aos objetivos da política externa norte-americana.

No caso dos demais países, a presença das Chancelarias se faz sentir nas três categorias mais genéricas em que se dividem as nações atuantes no campo das relações culturais internacionais, conforme agrupamento sugerido por J.M.Mitchell.³⁴ Um primeiro grupo seria caracterizado por *relações controladas pelo governo*, através de um Ministério ou outro órgão. Estariam nesse caso, entre outros, a França, a Itália, os países socialistas e os países em desenvolvimento.

Um segundo grupo teria optado pelo *predomínio de agências autônomas não-governamentais*, de que seriam exemplos a Grã-Bretanha, através, principalmente, do *British Council*, o Japão (em função da *Japan Foundation*, constituída nos moldes do Conselho Britânico), o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Nesses casos, o governo financia os programas, por intermédio de um Ministério (em geral Relações Exteriores), mas delega a outra entidade as decisões de substância.

Um terceiro e último grupo, denominado *grupo misto*, de que a República Federal da Alemanha seria atualmente o melhor exemplo, uniria as duas filosofias, na medida em que o governo retém o controle financeiro e *substantivo*, mas contrata agências não-governamentais para realizar os programas sob sua coordenação.

No caso do Brasil, país que se enquadraria na primeira das categorias sugeridas por Mitchell, o Itamaraty administra a difusão cultural no exterior, mas não exerce influência substantiva junto às entidades que cuidam internamente do assunto — e que poderiam dar novas dimensões a esse trabalho. Como a programação tem sido modesta, frequentemente episódica, o problema não parece premente. Como foi dito, contudo, o Itamaraty deveria, pelas razões apontadas ao longo do presente trabalho, rever suas prioridades e atuar com mais decisão nessa área — até mesmo em função das exigências mais amplas da política externa brasileira.

³⁴ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 70

Assim como conquistou o direito a uma voz ativa na formulação da política das exportações brasileiras, e em outras áreas da administração pública, o Ministério deveria igualmente valer-se desse importante instrumento de trabalho. O estabelecimento, desde já, de mecanismos horizontais de coordenação com órgãos federais e estaduais de cultura certamente legitimaria essa pretensão. Como foi dito, essa prática permitiria ampliar o debate em torno do assunto a nível nacional e abriria o caminho para o exame de alternativas adicionais de difusão cultural no exterior.

VIII

O Itamaraty e a Diplomacia Cultural

São freqüentes as referências elogiosas ao papel do Itamaraty no processo de comercialização das exportações brasileiras no exterior. No Ministério das Relações Exteriores, existe plena consciência de que *a promoção comercial acompanhou de perto o processo de abertura e universalização da diplomacia brasileira. Foi decisiva para dar consistência, em inúmeros planos, às relações que desenvolvíamos com países do Terceiro Mundo; foi uma das expressões da própria mudança da qualidade de nossa presença internacional nas últimas duas décadas.*¹

O apoio ao processo de comercialização externa é geralmente colocado à luz da percepção de que *a realização de certos objetivos de setores da sociedade dependerá dos modos de inserção externa do país.*² De fato, em um mundo marcado por crescente interdependência, essa percepção ganha a cada dia nova dimensão.

Esse raciocínio nos anima, portanto, a insistir na indagação: essa inserção externa do país não poderia beneficiar-se, como elemento adicional de viabilização, e a exemplo da experiência colhida pelos países desenvolvidos a que nos referimos no capítulo anterior, de uma atuação cultural no exterior que se caracterize por maior substância, constância e abrangência?

*

Em 1946, McMurry & Lee³ apresentavam uma visão extremamente positiva da atuação brasileira no campo da difusão cultural, detendo-se nas atividades então desenvolvidas pelo Itamaraty no exterior. Entre muitas atividades de intercâmbio cultural ou artístico, ênfase especial era conferida pelos autores aos esforços realizados pelo Ministério em prol da divulgação da língua portuguesa (*the program of cultural relations abroad stems largely from an intense nationalistic pride in the Portuguese language and in the literature written in that language*): aos acordos bilaterais assinados com diversos países latino-americanos e Canadá⁴:

¹ Paulo Tarso Flecha de Lima, *Condicionantes da ação externa do Brasil*, Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, a 10 de setembro de 1985.

² Idem.

³ R.E. McMurry & M. Lee, Op. Cit., Pp. 194-198

⁴ De acordo com os autores, este teria sido o primeiro acordo cultural celebrado pelo Canadá com qualquer país (Cf. P. 196 Op. Cit.)

ao intenso programa de intercâmbio estudantil por meio de concessão de bolsas de estudos (atividade que iria mais tarde dar origem aos acordos de estudantes-convênio); e aos programas de co-edições (naquele pós-guerra, com o México e a Argentina).

Decorridos quarenta anos, é certo que os acordos e as atividades se multiplicaram, contribuindo para a permanente atualização dos valores brasileiros no exterior. Seria difícil, no entanto, deduzir que esse aumento corresponde a resultados proporcionalmente iguais ou superiores aos que o Brasil então obtinha.

Não que o Itamaraty tenha reduzido seu apoio à diplomacia cultural. Ao contrário, o campo até se expandiu, sobretudo se considerarmos o universo da cooperação técnica que constitui, hoje em dia, uma das prioridades políticas do Ministério na formulação do relacionamento com os demais países em desenvolvimento.

Mas essa atuação terá ficado muito aquém do papel de crescente importância que o país passou a desempenhar no cenário regional e internacional. O desafio das prioridades que foram aos poucos emergindo trouxe para o âmbito do Ministério toda uma série de atribuições (de formulação de política econômica e comercial, por exemplo) que até então não integravam seu acervo de responsabilidades.

A máquina administrativa, por outro lado, cresceu, sofisticou-se e inevitavelmente passou a consumir mais recursos, humanos e financeiros. Assim, é possível que, nesse cenário, um estudo comparativo entre o Ministério de hoje e o de quarenta anos atrás relevasse o modesto crescimento comparativo da área cultural.

Esse estudo provavelmente revelaria, também, que o apoio do Itamaraty a atividades culturais no exterior em passado mais recente raramente terá refletido um planejamento mais sistemático, circunstância que decorre da falta de coordenação entre órgãos responsáveis pelo assunto, cuja origem, por sua vez, remonta às baixas prioridades de que o tema se reveste internamente no país. Some-se a esses dados a freqüente mudança nas chefias dos setores culturais na Secretaria de Estado e nos postos (fato que não impede, mas dificulta dar continuidade aos projetos) e teremos um pano de fundo que em nada favorece um trabalho mais constante e abrangente nesse campo.

Essas não serão as únicas causas e é provável que existam diversas outras. Seus efeitos, contudo, são evidentes. E um deles é a crônica falta de recursos destinados a programas de difusão cultural no exterior. Como ilustração, nada mais revelador do que trecho extraído de exposição de motivos dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República em 24 de abril do ano de 1987: *Na verdade, a totalidade dos recursos colocados à disposição da área cultural no presente exercício será insuficiente até mesmo para cobrir os gastos somados de manutenção dos Centros de Estudos Brasileiros em funcionamento, dos adidos culturais, das atividades de eleitorado e das contri-*

*buições a organismos internacionais. Isso equivaleria dizer, Senhor Presidente, que não existe qualquer recurso atualmente disponível para se levar adiante o programa, elaborado por este Ministério, de promoção cultural do Brasil no exterior.*⁵

Estamos hoje politicamente distantes da época em que um ex-Ministro da Educação e Cultura se sentiu obrigado a publicar o seguinte desabafo sobre suas experiências na Pasta: *No planejamento orçamentário do Estado, no tratamento reservado aos bens culturais, fica muito nítida a deliberação anti-social.*⁶ Embora as condições políticas estejam hoje invertidas e favoreçam de forma inequívoca o florescimento de atividades culturais, a realidade financeira, pelo menos no que diz respeito ao Itamaraty, permanece teimosamente adversa.

Não existem dados precisos para as despesas dos países desenvolvidos com diplomacia cultural no exterior, uma vez que algumas parcelas de assistência técnica proporcionadas por esses países nem sempre podem ser consideradas como componentes legítimos de sua diplomacia cultural. De toda forma, e apenas como ordem de grandeza, a faixa média das despesas de alguns países desenvolvidos com projetos de difusão cultural e assistência técnica, no período 1986-1987, teria sido aproximadamente a seguinte: França: 1,2 bilhão de dólares; RFA, 996 milhões; Japão (cifra estimativa, uma vez que os dados disponíveis não incluem cooperação técnica), 510 milhões; e Grã-Bretanha, US\$ 370 milhões.⁷ O Brasil, em comparação, não gastaria, de momento, mais do que 1 (um) milhão de dólares com projetos nessas áreas.

A falta de recursos, vale insistir, é uma conseqüência, e não uma causa. No entanto, sua persistência, agravada pelas carências que normalmente ainda caracterizam o cenário cultural interno, indiscutivelmente afetam de forma dramaticamente negativa as atuais limitações no trabalho da diplomacia cultural no exterior.

Apesar disso — e observando agora um passado mais recente — ocorreram muitos êxitos no campo da difusão cultural. Esses êxitos,⁸

⁵ Exposição de Motivos DDC 111, de 24 de abril de 1987, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

⁶ Eduardo Portella, *O Intelectual e o Poder*, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1.ª ed., 1983, p. 63.

⁷ Dados extraídos de *Fourth Report from the Foreign Affairs Committee* do Parlamento Britânico, relativos a um período de 12 meses compreendidos entre 1986-87, Pp. 8-13. (As cifras, em libras esterlinas, foram convertidas a uma taxa média de US\$ 1,7 = £ 1.)

⁸ Cf. também, T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., p. 23.

⁹ As ilustrações que se seguem naturalmente não pretendem ser exaustivas, nem cobrem a área mais específica de cooperação técnica (que igualmente integra o universo mais amplo da diplomacia cultural).

por vezes, refletiram paciência e perseverança, outras, grande sentido de oportunidade. Ilustração exemplar desse último caso é o concerto que, em 1962, lançou no Carnegie Hall a bossa nova, abrindo as portas para um movimento de interesse e simpatia pelo Brasil que ecoa até hoje, já que ultrapassou em muito o campo da música propriamente dita. No extremo oposto — por refletir um trabalho mais planejado, que se estendeu ao longo de anos e foi rendendo frutos com vagar — poderia ser citado o decisivo apoio ao esforço de comercialização do cinema brasileiro na América Latina, a partir da segunda metade da década de 70.

Em ambos os casos, o apoio do Ministério terá sido essencial para desencadear um processo que a iniciativa privada levaria em seguida adiante com êxito. É lícito supor que o cinema novo e, com mais razão ainda, a música popular brasileira, cedo ou tarde teriam tido acesso ao mercado internacional. Mas a participação do Itamaraty facilitou e encurtou o processo. Até onde é possível arriscar comparações entre setores tão distintos, o Ministério terá atuado nesses dois casos como age na área de promoção comercial: abrindo o mercado.

A par desses momentos mais conhecidos, o Ministério patrocinou, ou apoiou, ao longo dos anos, inúmeras iniciativas culturais de todo gênero, freqüentemente realizadas em condições logísticas ou financeiras adversas. O Itamaraty, por exemplo, prestou considerável apoio a um pequeno, porém significativo (se cotejado aos recursos financeiros disponíveis) programa de co-edições de autores nacionais através das Embaixadas em Lima, Buenos Aires e Caracas. A partir de 1985, programa semelhante teve início com o México.

Esse apoio à literatura brasileira tem permitido a publicação de obras nacionais em espanhol e ampliado as perspectivas de êxito das casas editoras brasileiras que participam de feiras ou exposições editoriais em países latino-americanos. Além disso, as Embaixadas em Madrid e Buenos Aires editam duas revistas sobre cultura brasileira, *Cultura Brasileña* e *Brasil Cultura*, respectivamente, que são distribuídas nos países de fala espanhola e em algumas universidades norte-americanas com cursos regulares de espanhol.

No campo das artes plásticas, após alguns esforços de vulto com retrospectivas de maior porte na Europa, envolvendo artistas de renome como Fayga Ostrower (Palácio da Cultura de Madrid), aquarelas e desenhos de Lasar Segall (museus em Portugal, Reino Unido, França e RFA), aquarelas e desenhos de Debret (Paris), ou a amostra de arte indígena no Museum of Mankind (Londres), atividades realizadas ao final da década de setenta, o Itamaraty passou, em consequência da falta de

recursos, a privilegiar mostras itinerantes de gravadores, fotógrafos e desenhistas, principalmente na América Latina.

Contudo, até mesmo esses projetos foram afetados pela crise econômica que atingiu o setor a partir de 1980. Apesar disso, em 1985 o Itamaraty promoveu pelo menos três importantes mostras coletivas na Europa, EUA e Japão. Além dessas atividades, o Itamaraty tem coordenado com a FUNARTE a participação brasileira nas bienais de Veneza e Paris.

No campo do teatro e da dança, área de alto custo operacional em função dos preços das passagens internacionais, o Itamaraty, além do apoio rotineiro a diretores de teatro e coreógrafos, esteve presente em pelo menos algumas iniciativas de vulto, ao apoiar duas excursões do Balé Stagium a diversas capitais latino-americanas em 1979 e 1987, e ao colaborar com as apresentações da versão teatral de Macunaíma na Europa e nos Estados Unidos em 1982.

Na área de televisão, o Ministério assinou, em 1975, acordo com a Rádio-Televisão Cultura (RTC), da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, com o objetivo central de promover um intercâmbio de programas e intermediar a realização de co-produções entre a RTC e emissoras estrangeiras. Graças a esse acordo, estações de televisão latino-americanas receberam ao longo dos anos seguintes uma série de programas e documentários sobre temas brasileiros.

Em consequência do acordo, foram firmados protocolos entre o MRE/RTC e a Rádio-Televisão Portuguesa, de um lado, e a Universidade da Pensilvânia, de outro, ambos em 1980. Nos dois casos, os mecanismos permitiram a exibição de programas produzidos pela RTC e de documentários cedidos pela EMBRAFILME sobre temas brasileiros.

Mais recentemente (1986), o Itamaraty assinou com o Ministério da Educação um acordo que se encontra em vias de implementação, pelo qual o Ministério recebe da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVE) cópias de documentários e vídeos educativos, que são encaminhados às 21 videotecas atualmente em funcionamento (instaladas com telões nos 22 Centros de Estudos Brasileiros e nas Embaixadas em Luanda e Maputo). Em troca, o Ministério tem prestado apoio à FUNTEVE em negociações para celebração de acordos ou convênios internacionais (Uruguai, RFA, Argentina, Angola e Senegal, até o momento).

Na área de música erudita, além da assistência aos músicos brasileiros, o Itamaraty procura apoiar atividades relacionadas à difusão da música erudita no exterior, um esforço que se estende igualmente à

área de recuperação de partituras, co-edições e divulgação da discografia erudita brasileira.

A divulgação e comercialização do cinema brasileiro no exterior talvez constitua um caso de coordenação interna bem sucedida (entre a área operativa do Itamaraty e a EMBRAFILME) que merece ser mencionado em maior detalhe, por refletir uma clara comunhão de interesses e pelos ensinamentos deixados em herança.

Em 1978, para promover uma "Semana" de cinema brasileiro em Buenos Aires, a Embaixada do Brasil, responsável pela coordenação do evento, se via forçada a arrendar uma sala de exibição. Em 1979, diante do êxito verificado no ano anterior, o exibidor já não exigia o aluguel de sua sala, contentando-se com a renda de bilheteria, correndo por conta da Embaixada os gastos de publicidade. Em 1980, diversos exibidores disputavam o privilégio de organizar a "Semana", arcando com todos os ônus, em troca de prioridades para obtenção dos eventuais direitos de distribuição regular dos filmes no mercado argentino — que àquela altura já haviam conquistado seu público.

O cinema e a música popular, é verdade, são artes que trazem implícita a possibilidade de comercialização. De fato, seria difícil associar uma idéia de comercialização, por exemplo, a uma excursão de grupo teatral ao exterior, ou até mesmo a uma mostra de gravuras. Da mesma forma, um esforço bem sucedido em favor da divulgação da literatura brasileira no exterior — excetuando o caso mais específico das feiras de livro — poderá um dia trazer retorno financeiro, mas a hipótese ainda é, no mínimo, remota.

O interesse do exemplo não está, portanto, na representatividade do cinema como uma atividade típica de manifestação cultural — dadas suas características também comerciais — e sim no esforço coordenado que viabilizou a operação. De fato, sem esse esforço inicial (que correspondeu, em termos de nosso comércio exterior, aos subsídios conferidos a determinados produtos de nossa pauta de exportações), é provável que o cinema brasileiro não tivesse penetrado com tamanha agilidade no mercado latino-americano.¹⁰

Seria, portanto, lícito indagar: já que é possível, com alguma coordenação e identificação de interesses comuns, levar adiante um projeto de divulgação cinematográfica, não seria igualmente concebível investir em outras áreas culturais que, por suas características, não apresentassem possibilidade de retorno a curto prazo?

¹⁰ Em menor escala, o mesmo tem ocorrido nos últimos anos com a comercialização da música popular brasileira na Costa Oeste dos Estados Unidos, que decorre em boa parte da sistemática divulgação realizada pelas estações FM com apoio do Itamaraty.

A resposta é evidentemente afirmativa — desde, naturalmente, que a política externa brasileira se decidisse a realizar atividades que, nas palavras de T. Deibel & W. Roberts, *deal with the subtle forming of ideas, with the climate within which policy is conducted, an area little amenable to cost-benefit analysis*.¹¹

J.M. Mitchell, ao lidar com esse tema, emite a opinião de que a luta pela obtenção de fundos não pode prescindir do apoio de grupos de pressão, dentro e fora do governo. E ilustra com o caso da Grã-Bretanha e da República Federal da Alemanha, onde campanhas periódicas se tornam necessárias para neutralizar as críticas que por vezes emergem. (Refere-se, inclusive, à criação de um departamento de relações públicas no Conselho Britânico, graças ao qual as menções ao trabalho do Conselho, na imprensa, teriam passado de 486, em 1982, para 1.422, em 1984).

Relembra igualmente Mitchell, para justificar esses esforços, que na República Federal da Alemanha a difusão cultural no exterior é, ela própria, considerada um trabalho de relações públicas: *No modern State can afford to pursue a foreign policy without a goodly measure of public relations work. (...) Artists and scientists, in their way, are indispensable ambassadors of the spiritual substance of our nation and our political order which embodies a measure of freedom hitherto unknown in German History*.¹²

Apesar de sua tradição no assunto — e relativa liderança em termos de terceiro mundo —, o Brasil de certa forma ainda vive os primórdios de sua política cultural externa. Um fato novo, no entanto, pode reverter essa situação: as mudanças políticas verificadas no país nos últimos anos se refletiram diretamente sobre o amplo debate que se instaurou ao redor das questões culturais. Falta agora incorporar o universo externo a esse debate.

O Ajuste Tripartite e demais documentos assinados a 18 de junho de 1987 entre os Ministérios das Relações Exteriores, Cultura e Educação (a que nos referimos em capítulo anterior) textualmente refletem essa nova fase. O documento *Política Cultural Brasileira no Exterior*, por exemplo, contém a seguinte declaração: *Considerado o amplo processo de mudanças ocorrido no Brasil a partir da instalação em março de 1985 do regime da Nova República, tornou-se necessário definir uma política cultural que se adequasse à evolução do panorama atual da vida brasileira para a plena redemocratização política e para a retomada do processo desenvolvimentista*.¹³

¹¹ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 13

¹² Bildung und Wissenschaft, citado por J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 108

¹³ Política cultural brasileira no exterior, Parágrafo 5

Como assinalamos, essa coordenação horizontal com outros órgãos envolvidos no processo cultural — e diversos segmentos da sociedade brasileira — é essencial para fundamentar um planejamento de difusão no exterior e, em consequência, melhor justificar os recursos correspondentes. O momento é, portanto, extremamente apropriado para um melhor entrosamento entre esses três Ministérios e a comunidade intelectual brasileira.

Embora cada instituição tenha áreas específicas de atuação, todas se encontram investidas da responsabilidade comum da luta pelo desenvolvimento. Porque é da luta pelo desenvolvimento que se trata, como temos insistido ao longo do presente texto e como, aliás, assinala o documento a que nos referimos acima: *A política cultural brasileira no exterior (...) é fator de desenvolvimento nacional*.¹⁴

O capítulo seguinte procura apresentar os principais pontos de contato entre cultura e desenvolvimento.

¹⁴ Idem, Parágrafo 10

IX

Cultura e Desenvolvimento

A associação entre cultura e desenvolvimento remonta à pré-história. O estudo dessa associação, contudo, é comparativamente recente: data principalmente dos debates internacionais promovidos a partir do início da década de 70 pela UNESCO. Dessa percepção dos diversos setores da cultura como manifestações integradas e coesas do espírito humano, iria emergir o conceito da *dimensão cultural do desenvolvimento*.

Após a Conferência Inter-Governamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, promovida pela UNESCO em Veneza, em 1970, essa concepção foi aos poucos ganhando novos contornos em sucessivas Conferências regionais (Europa/1972, Ásia/1973, África/1975 e América Latina/1978), de tal forma que poucos governos hoje deixam de integrar cultura e história ao seu processo de desenvolvimento, trazendo as discussões sobre economia, tecnologia e ciência para o contexto mais amplo de suas realidades culturais. Na presidência do Senegal, L. Senghor sintetizaria a questão com as seguintes palavras: *Le développement n'est rien d'autre que la dialectique de la croissance économique et de l'épanouissement culturel*.¹

Felipe Herrera sintetiza as razões dessa mudança de ênfase, ao demonstrar que um verdadeiro processo de desenvolvimento somente pode existir se apoiado no contexto cultural no qual deve criar raízes. E acrescenta: *Car le développement qui ne saurait satisfaire les aspirations et les besoins individuels et communautaires ne ferait que provoquer de graves déséquilibres au niveau national, régional et international*.²

Em artigo intitulado *La dimension culturelle dans les projets de développement*, Juan Carlos Langlois, responsável pelo Fundo de Promoção da Cultura da UNESCO, relata as principais conclusões a que

¹ Citado por A. Cartier-Bresson em *Technologies traditionnelles et apports nouveaux*, in *Identité Culturelle et Révolution Technologique*, Editions Anthropos, Paris, 1^a ed. 1983, P. 89

² Felipe Herrera, *Le Financement du Développement Culturel*, in *Le Financement de la Vie Culturelle*, vol VII n.3 de Cultures, Ed. Les Presses de l'Unesco et la Baconnière, Paris, 1980, P. 8

chegou pesquisa de caráter interdisciplinar e intercultural realizada sobre o assunto.

A pesquisa denuncia, de início, os traços marcantes da “ideologia do desenvolvimento”, cujos fatores dominantes, ao longo dos anos, vinham sendo os seguintes: a) uma concepção linear e mecânica da história, fundada na idéia de que toda sociedade deve obrigatoriamente atravessar as mesmas etapas de desenvolvimento; b) uma concepção etnocêntrica segundo a qual o principal objetivo de toda sociedade seria atingir os mesmos valores das sociedades ditas “desenvolvidas”; c) uma filosofia essencialmente econômica, para a qual a correta utilização do instrumental dessa ciência seria suficiente para fazer qualquer país alcançar seus objetivos.

A aplicação dessa “ideologia” dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento constitui, antes de mais nada, uma transferência de valores culturais. Sucede, porém, que em consequência das opções realizadas no contexto dessa “cooperação”, as sociedades em desenvolvimento hipotecavam seu futuro econômico e comprometiam de forma simultânea sua identidade cultural.

O custo social dessa cooperação, mesmo quando ocorriam progressos iniciais em torno de um determinado projeto mais específico, era, a longo prazo, negativo, quando não devastador: os projetos não refletiam as realidades do país receptor, fracassavam, e as consequências do fracasso recaíam sobre esses países.

Charles Frankel coloca a mesma questão em outras palavras: *The export of machinery and know-how, or of tricks of marketing, publicity and industrial organization is more than merely “technical aid”. These things carry with them implicit cultural attitudes toward inherited traditions (...) If this wardrobe of cultural attitudes, or another suitable one, is not picked up by the recipients of technical aid, the aid is likely to be ineffective and may turn out to be a source of disorientation, disorder and frustration.*³

As ilustrações mais significativas da pesquisa da UNESCO foram colhidas no meio rural. Naquele cenário, os projetos de cooperação técnica — transplantados dos laboratórios do primeiro mundo sem maiores atenções para as particularidades culturais de seu porto de destino — não deixavam qualquer marca na memória dos países beneficiados. Tão logo terminavam os aportes financeiros, cessava a experiência. Nas palavras de Langlois: *ce “rejet de greffe”, trop fréquent pour être accidentel, ne serait que la conséquence du refus de tenir compte, dans la formulation*

Charles Frankel, Op. Cit. P. 69

*même des projets, de la réalité socio-culturelle qu'ils sont censés de développer.*⁴

Norman Daniel explicita essa mesma questão ao situar o sentido das ações no contexto dos costumes: *any failure to realise that simple everyday things are done differently in different cultures often leads to misunderstanding: an action receives its meaning from custom, and so has a different meaning where the custom is different.*⁵

Assim, as razões desses e de outros insucessos revelados pelas pesquisas da UNESCO se tornam óbvias. A definição das prioridades era determinada de forma impessoal pelo elo "desenvolvido" da cadeia (frequentemente, inclusive, organizações internacionais), sem levar em consideração as características intrínsecas, os mecanismos de poder e as tradições predominantes no outro extremo da cadeia, a região "beneficiada".

Privadas da capacidade de determinar suas próprias prioridades, e quase sempre impedidas de prosseguirem com suas próprias tradições, as populações objeto dessas formas de cooperação eram vítimas da distância que separa o estudo das *carências objetivas de determinada região* (que podem ser, de fato, resolvidas com assistência internacional) do estudo das *carências subjetivas das populações* (que precisam ser levadas em conta como base do planejamento).

A título de subsídio paralelo, vale lembrar que os países do primeiro mundo também saem perdendo nesse processo, como alerta Norman Daniel, ao lamentar que as sociedades ocidentais não se deixem influenciar em maior grau pelas culturas dos países em desenvolvimento: *Western society (...) would gain much; but, in practice we do not learn from the needy and vulnerable; on the contrary, they must defend themselves, so that they can preserve their identity while satisfying their need.*⁶

✱

No Brasil, onde primeiro e terceiro mundo coexistem, a reflexão sobre cultura e sobre o espaço a ser aberto para seu florescimento constitui, para inúmeros estudiosos, os verdadeiros parâmetros da luta pelo desenvolvimento do país: *O debate sobre as opções do desenvolvimento exige hoje uma reflexão prévia sobre a cultura brasileira. A ausência dessa reflexão deve-se atribuir o fato de que nos diagnósticos da situação*

⁴ Juan Carlos Langlois, *La dimension culturelle dans les projets de développement*, in: *Le Financement de La vie Culturelle*, Les Presses de l'Unesco et la Baconnière, Paris, 1980, P. 181

⁵ Norman Daniel, Op. Cit., P. 7

Norman Daniel, Op. Cit., Pp. 58-59

*presente e em nossos ensaios prospectivos nos contentamos com montagens conceituais sem raízes em nossa história.*⁷

As origens dessa situação, para Celso Furtado, remontariam ao primeiro choque cultural de nossa história, quando o colonizador português, detentor das técnicas mais avançadas e em contato permanente com suas fontes culturais da Metrópole, impôs sua cultura e seus valores aos aborígenes, e, mais adiante, aos africanos — grupos que, por sua vez, se viram forçados a realizar uma trajetória inversa, distanciando-se cada vez mais de suas raízes, crenças, línguas e matrizes culturais. A cultura brasileira seria, assim, em sua origem, um produto desse choque cultural.

Hélio Jaguaribe, contudo, considera mínimo o peso da participação do índio brasileiro nesse entrechoque cultural, que não se compararia, por exemplo, ao que ocorreu nas regiões em que se haviam desenvolvido grandes civilizações pré-colombianas. Para esse autor, *o índio brasileiro estava ainda no mesolítico, com um incipiente neolítico*. Relembra, ademais, que o total dessa população indígena no século XVI não teria ultrapassado a casa de um milhão — insignificante, portanto, em termos de área ocupada.⁸

O mesmo não teria ocorrido, contudo, com as heranças deixadas pela população de origem africana, como relembra Hélio Jaguaribe. De fato, apesar das altas taxas de mortalidade infantil esse contingente atingiria grandes proporções, chegando a seis milhões, entre população livre e servil (para um total de dez milhões de brasileiros em 1872).⁹ Essa proporção de 60%, que decresceria com a imigração européia iniciada a partir do final do século passado, teria assim deixado maiores marcas na formação da cultura brasileira.

No que diz respeito às populações indígenas, Orlando Villas-Boas discorda da colocação comparativa enunciada por Hélio Jaguaribe e relembra que o Brasil tem índios há vinte ou trinta mil anos. *Hoje, o índio de cultura pura repete o mesmo gesto e usa o mesmo material de seu ancestral vinte mil anos atrás. (...) Ele parou no tempo e no espaço quando atingiu um grau de equilíbrio (e obteve) tudo aquilo de que necessitava. Parou materialmente falando — mas em um aspecto ele evoluiu em relação a nós: seu comportamento na sociedade.*¹⁰

⁷ Celso Furtado, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Ed. Paz e Terra, RJ, 1.ª ed. 1984, p. 31.

⁸ Hélio Jaguaribe, *Sociedade e cultura*, Edições Vértice, 1.ª ed. 1986, SP, p. 95.

⁹ *Ibid.*, p. 96.

¹⁰ Orlando Villas-Boas, em entrevista a programa radiofônico irradiado, pela estação KPFA FM de Los Angeles, em setembro de 1987.

Para ilustrar melhor esse ponto relativo à sofisticação do nível atingido pela civilização indígena brasileira, Orlando Villas-Boas relembra, em seguida, que a antropologia classifica o índio através da lingüística. E que contamos hoje no Brasil com quatro grandes troncos lingüísticos, perfazendo um total de 12 grupos de línguas, *em um patrimônio considerado pela UNESCO como o mais belo mosaico lingüístico da América do Sul*. E cita Claude Levi-Strauss: *Nós não estamos diante de um povo de cultura primitiva, nós não estamos convivendo com uma cultura paralela — estamos diante de uma outra humanidade*.¹¹

Torna-se naturalmente impossível determinar o peso e influências específicas de cada grupo cultural na formação da identidade brasileira. É certo, porém, que, nos séculos de presença colonial, uma série de motivos e valores das culturas “locais” iriam aos poucos se incorporar à cultura portuguesa predominante. Esta última, lembra Celso Furtado, se expressava sobretudo na arquitetura e na escultura, dado o papel dominante do Estado e da Igreja na sociedade da época: *Na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja. A criação cultural reflete a preeminência dessas instituições*.¹² Em seu apogeu do século XVIII, o ciclo barroco de Minas iria igualmente privilegiar a música e a pintura, além da arquitetura e escultura, ampliando dessa forma o processo de integração com valores culturais europeus.

Após a eclusão do humanismo, a Europa veria, no século seguinte, o surgimento de um novo homem e de uma nova sociedade, onde tecnologia e competição geram renovado dinamismo. Essa eclusão, contudo, não chega ao Brasil, cuja sociedade colonial, dominada pelo Estado e pela Igreja, *congela o processo cultural no universo europeu pré-humanista*.¹³ A ruptura pós-barroco somente ocorrerá muito mais tarde, como reflexo da revolução industrial que, em decorrência da mecanização dos meios de produção, aumentará significativamente a produtividade do trabalho.

Esse rompimento, longe de gerar modelos mais autônomos de pensamento, irá, ao contrário, produzir uma modernização dependente, que se caracteriza pela criação de um modelo exportador de produtos primários e importador de manufaturas, modelo que naturalmente consolida comportamentos imitativos. Acentua-se, assim, o distanciamento entre povo e elites, o primeiro cada vez mais estigmatizado como “não-europeu” (e, portanto, como atrasado ou incapaz de criatividade), e as elites, crescentemente dependentes das fontes e modelos europeus.

¹¹ Idem

¹² Celso Furtado, Op. Cit., P. 21

¹³ Idem

Esse distanciamento, paradoxalmente, irá favorecer a autonomia do processo criativo do povo, cujas raízes, populares, correrão paralelas à cultura das elites e serão responsáveis por um surpreendente resultado do ponto de vista histórico e cultural: *a diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares*.¹⁴

Para Celso Furtado, o traço mais saliente do atual processo cultural brasileiro consistiria agora na recuperação do país real pelas elites, fenômeno que se deveria a uma combinação de fatores, que vão do surgimento de uma industrialização tardia, apoiada no mercado interno, à ascensão da economia norte-americana, que traz em seu bojo o elemento desestabilizador representado pela difusão maciça de seus valores culturais.

Contra esse pano de fundo emerge uma classe média, muito próxima do povo para ignorar sua cultura, cujos valores e tradições incorpora aos seus. Essa penetração, tem, contudo, seus aspectos negativos: *A ascensão da cultura de classe média é o fim do isolamento do povo, mas também o começo da descaracterização deste como força criativa*.¹⁵

Celso Furtado conclui sua sucinta visão panorâmica do processo cultural brasileiro contemporâneo com uma superposição de imagens em três planos, o primeiro, formado pela indústria transnacional da cultura (que operaria como *instrumento da modernização dependente*); o segundo, composto pela classe média incipiente, dividida entre os valores transnacionais, que consome, e a cultura popular, onde também tem suas raízes; e o terceiro, no qual, *abarcando todo o horizonte, perfila-se essa massa popular sobre a qual pesa crescente ameaça de descaracterização*.¹⁶

Se às ameaças da indústria transnacional de cultura, agregarmos os mecanismos de transferência de tecnologia — dos quais, inclusive, dependemos para nosso desenvolvimento — talvez seja possível imaginar com mais clareza as ameaças adicionais que pesam sobre essa massa popular.

Ceder a essas pressões — ou não filtrá-las para nossas necessidades — significaria condenar a identidade nacional ao desaparecimento, pelo declínio de suas diferenças vitais. Equivaleria chegar ao universal pela homogeneização. Ora, como lembra Marcos Vinício Vilaça, o caminho do universal passa, muito pelo contrário, pela valorização do particular, do regional, do que é próprio de cada comunidade, *sem cair no pitoresco, no exotismo para o mero consumo turístico, mas (insistindo) na valori-*

¹⁴ Celso Furtado, Op. Cit., P. 23

¹⁵ Celso Furtado, Op. Cit., P. 24

¹⁶ Idem

*zação daquilo que a própria comunidade reconhece como sua expressão e nela se identifica.*¹⁷

Com essa posição concorda Juan Carlos Langlois, que, após lembrar que toda sociedade, para proteger-se contra ameaças de desintegração, estabelece diferenciações instintivas entre os seus membros e membros de outras comunidades, conclui: *s'il y a universalité dans la culture, c'est qu'elle est présente en toute société en tant que facteur de différenciation.*¹⁸

*

À luz do que precede, não é surpreendente que Celso Furtado, em entrevista concedida ao autor do presente trabalho, tenha declarado: *O Ministério da Cultura, em um país em desenvolvimento, não é outra coisa senão um grande indicador de prioridades sociais.*¹⁹

Tal idéia seria mais detidamente desenvolvida em conferência por ele pronunciada na Escola Superior de Guerra, quando, referindo-se às prioridades necessariamente sociais que deveriam caracterizar qualquer política de desenvolvimento, lembrou: *o que chamamos de política cultural não é senão um desdobramento e um aprofundamento da política social.*²⁰

Nesse pronunciamento, após relacionar as principais prioridades humanas em três categorias básicas (que iriam da luta pela sobrevivência ao desejo de convivência, para então atingir o desejo do conhecimento do mundo e de si mesmo), Celso Furtado situou o fator cultural nesse patamar superior das necessidades do homem — com a seguinte ressalva: *(...) não tem fundamento imaginar que somente as sociedades que já satisfazem suas necessidades de base instintiva têm aspirações de ordens superiores. (...) A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade.*²¹

Essa preocupação também caracterizara o pensamento e a obra de Aloísio Magalhães à frente de órgãos federais incumbidos de implementar políticas de Estado para as áreas de cultura. Denunciando o

¹⁷ Marcos Vinícios Vilaça, Op. Cit., P. 56

¹⁸ Juan Carlos Langlois, Op. Cit., P. 182

¹⁹ Celso Furtado, ao autor, em entrevista gravada em agosto de 1986 e irradiada nos Estados Unidos a 7 de setembro do mesmo ano.

²⁰ Celso Furtado, *Política Cultural* — Pronunciamento na Escola Superior de Guerra, MinC, documento 3 86, Pp. 5-6

²¹ Idem

desprezo dos projetos de desenvolvimento sócio-econômicos pelos indicadores básicos de nossa cultura, Aloísio Magalhães indágava: *Será que a nação brasileira pretende desenvolver-se no sentido de se tornar uma nação rica, forte, poderosa, porém uma nação sem caráter? Será que o objetivo do processo de desenvolvimento é somente o crescimento dos bens materiais, o aumento de uma ilusória alegria e felicidade do homem através dos seus bens e dos elementos de conforto material? Ou, ao contrário, o verdadeiro processo, o verdadeiro desenvolvimento de uma nação baseia-se em, harmonicamente, dar continuidade àqueles componentes que lhe são próprios, aos indicadores do seu perfil ou de sua fisionomia e, portanto, de sua identidade?*²²

Não que essas palavras, ou a de outros pensadores que precederam e sucederam a Aloísio Magalhães e Celso Furtado, impliquem a desaceleração do processo de desenvolvimento brasileiro, pela condenação da absorção de modelos externos. Uma nação não pode isolar-se das outras. Nem, nas palavras de Mário Brockmann Machado, voltar-se prioritariamente para seu passado, na busca idealizada de um patrimônio histórico e artístico "nacional".

Mesmo porque, como relembra Brockmann Machado, seria também necessário definir essa memória: *Que história, que memória, que cultura e que identidade são essas que recebem o adjetivo de nacional? Serão da nação como um todo, ou apenas de suas elites, de seus setores dominantes, dos vencedores de sua história?*²³

As influências exercidas sobre nossa cultura naturalmente obedecem a uma dinâmica própria e, nesse sentido, escapam ao controle do Estado. O que se propugna com as idéias discutidas ao longo do presente texto, contudo, é que o Estado se mantenha mais atento a esse processo, ao elaborar programas e implementar projetos nessa área, de modo que essas influências e modificações sejam aferidas à luz dos valores próprios da nação, nelas se inoculando, na imagem de Aloísio Magalhães, *uma vacina própria, a vacina da adequação dessas alterações à verdade e autenticidade do perfil cultural na nação*.²⁴

Focalizando o tema por outro ângulo, e abrindo sua lente para a grande massa de figurantes com quem se sente historicamente identificado, indaga Celso Furtado: *Como duvidar de que é neste setor que se apresenta o maior desafio na conquista de um autêntico desenvol-*

²² Aloísio Magalhães, *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro de 1985, 1ª ed. Pp. 39-40

²³ Mário Brockmann Machado, *Notas sobre Política Cultural no Brasil* (in: Estado e Cultura no Brasil, Ed. Difel, São Paulo, 1ª ed. 1984) P. 12

²⁴ Aloísio Magalhães, Op. Cit. P. 71

*vimento? (...) Na fase atual de nossa história o elemento de utopia de que necessitamos somente poderá vir da política cultural.*²⁵

Em linhas muito gerais, e tomando por base o contexto brasileiro, essas seriam algumas das vinculações mais evidentes entre cultura e desenvolvimento. Nas páginas seguintes, analisaremos alguns dos desdobramentos dessas questões e seus possíveis reflexos sobre a diplomacia cultural brasileira.

²⁵ Celso Furtado, *Op. Cit.*, P. 9

X

Desdobramentos e Prioridades

Como foi visto anteriormente, existe um vínculo necessariamente profundo entre a política cultural externa de um país e sua realidade cultural interna. Assim, no caso brasileiro, qualquer crítica à ausência de uma atuação cultural externa automaticamente passa pelas baixas prioridades ainda atribuídas à formulação da política cultural interna do país — um país cujos governamentos somente em passado recente passaram a associar desenvolvimento a cultura. É, assim, compreensível que a associação entre desenvolvimento e diplomacia cultural ainda se mantenha frágil.

De fato, no Brasil, a falta de percepção sobre o peso dos fatores culturais nos processos de desenvolvimento somente agora começa a ser revertida. No passado, porém, essa falta de percepção sempre prevaleceu, como relembra, entre outros, o professor Mario Brockmann Machado em suas já citadas *Notas sobre política cultural no Brasil*, nas quais chega a reconhecer que a política cultural não pode ocupar um lugar de destaque em uma sociedade que ainda apresenta problemas fundamentais de organização no plano social ou econômico.

Aloísio Magalhães, ao referir-se especificamente à questão da preservação do patrimônio — mas o comentário se aplicaria às prioridades culturais brasileiras como um todo — também chama a atenção para essa mesma realidade, ao considerar o baixo nível de conscientização que esses assuntos ainda despertam no Brasil. Relembra ele ser natural que, ao contrário dos países desenvolvidos, essa conscientização seja frágil e até inexistente em países jovens e pobres: *A miséria, a pobreza, a ignorância, a doença são situações muito mais prioritárias, muito mais fortes, que põem em xeque a sobrevivência, que impedem que o ser humano vá socialmente além dessas questões, e aí a preservação passa a ser um luxo.*¹

Ainda que a inexistência de uma política cultural interna se justifique à luz dessa argumentação — no mínimo discutível, se tivermos presentes as teorias de desenvolvimento integrado — e ainda que essa

¹ Aloísio Magalhães, Op. Cit., p. 85

falta possa ser invocada como um impedimento para a existência de uma política cultural externa, o Itamaraty deveria contribuir para reverter o impasse criado por esse círculo vicioso, tomando uma parte mais ativa nos debates que se vêm processando sobre os vínculos mais diretos entre cultura e desenvolvimento — e liderando a parte desses debates que tenha a ver com as relações culturais internacionais.

O que estará realmente em jogo nessa discussão? Será tão-somente uma questão de consolidar o processo de inserção externa a que nos temos referido em capítulos anteriores? Ou, através desse trabalho, não estaremos também, de alguma forma, contribuindo para preservar nossa própria identidade cultural?

De fato, a projeção externa de uma cultura não será uma maneira adicional de melhor preservar e consolidar, internamente, os valores professados por essa cultura? Por trás de todo esforço de projeção cultural dos países desenvolvidos (sobretudo os europeus, cuja voz pode tender, pelo declínio comparativo de suas populações, a ser cada vez menos ouvida), não existirá também um processo básico de preservação de identidade?

Nessa concepção, a projeção cultural dos países do primeiro mundo, além de todos os objetivos a que nos temos referido ao longo do presente trabalho, refletiria sobretudo um esforço de permanência, um legado cuja preservação asseguraria uma presença no tempo e no espaço.

Conviria agora superpor a essa percepção as palavras de Celso Furtado sobre a questão da preservação da identidade cultural brasileira: *se reduzirmos (o problema) a seus elementos mais simples comprovaremos sem dificuldades que a questão central se cinge a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos.*²

Ora, se admitirmos que a diplomacia cultural dos países do primeiro mundo, a par de todos seus benefícios mais imediatos, de alguma forma contribui para preservar a identidade daqueles países, o mesmo raciocínio também poderia aplicar-se ao terceiro mundo. Assim, além de viabilizar sua inserção externa — um objetivo em si mesmo fundamental — a projeção cultural de países do terceiro mundo igualmente defenderia a identidade daqueles países, consolidando ainda mais seu processo de desenvolvimento.

*

² Celso Furtado, Op. Cit., P. 32

Esses são, portanto, os parâmetros de reflexão mais amplos de um trabalho nessa área. O Estado não pode, contudo, deixar de enfrentar os problemas a nível mais objetivo. Ou seja, o Estado, além de iniciar um processo de reflexão sobre essas questões, não pode furtar-se a desenvolver um trabalho concreto paralelo, no sentido de planejar e implementar políticas culturais, internas ou externas.

Existem alguns critérios comuns a essa dupla tarefa. Um deles é a concepção da relação íntima entre criatividade e elemento de ruptura. *O essencial da atividade cultural está na criatividade, que se alimenta de ruptura com o estabelecido*, relembra Celso Furtado.³

Trata-se de tema a que nos referimos anteriormente (ilustramos com o exemplo da BBC difundindo programas com conotações favoráveis ao IRA) e que naturalmente interessa diretamente à diplomacia cultural, pela delicadeza de suas implicações. De fato, um difícil equilíbrio deve ser buscado entre a necessidade de assegurar a liberdade de criação, produção e consumo de cultura, por um lado, e a presença reguladora do Estado, por outro.

Na concepção de Celso Furtado sobre política cultural, *o Estado, longe de se substituir à sociedade, aplica-se em criar condições que propiciam a plenitude das iniciativas surgidas dessa sociedade*.⁴ A aplicação integral desses princípios à formulação da diplomacia cultural naturalmente asseguraria maior credibilidade para os projetos e seus formuladores.

Mas, vale lembrar, existem delicadezas a serem preservadas diante dos propósitos mais amplos da política externa de cada país. E, por vezes, existem limitações (de costumes, ou de natureza política) nos países a que se destinam as programações culturais. Essas limitações têm de ser levadas em consideração por todas as partes. Nesses casos, cabe aos Estados administrar da melhor maneira possível as situações criadas — e às comunidades procurar atender as limitações que a matéria comporta.

Outro critério, esse a nível mais objetivo, diz respeito à necessidade de disciplinar e selecionar projetos, de modo a evitar, nas palavras de Mario Brockmann Machado, as demandas da clientela própria da área artística em geral, que concentram esforços na obtenção de recursos para um determinado projeto. O tema, que se aplica tanto à política cultural interna quanto externa, mereceu o seguinte comentário do referido autor: *Essa multiplicidade de clientes acaba fazendo com que a*

³ Celso Furtado, Op. Cit., Pp. 6-7

⁴ Idem

*atuação dessas agências, por força da distribuição fragmentária de recursos, assuma uma natureza pluralista.*⁵

Implícita nas colocações de Brockmann Machado está a idéia de que esse pluralismo constitui, na realidade, um desserviço, uma vez que reflete um atendimento passivo, assistencial, em geral reforçado pela relativa autonomia das agências de fomento cultural. Não reflete nem uma coordenação interna, nem um planejamento cultural mais abrangente. O assunto é especialmente relevante diante da escassez de recursos e da necessidade de valorizar uma utilização que também leve em conta fatores sociais.⁶

Essas duas questões, entre outras que possam ser levantadas, devem ser consideradas na formulação de políticas culturais internas e externas. Um terceiro ponto, que diz mais especificamente respeito à diplomacia cultural, é a questão das prioridades, de fato: quais seriam as prioridades mais amplas da política externa brasileira nesse setor?

É possível adiantar algumas das questões centrais desse debate. Consistem elas em saber diferenciar os objetivos — e os mecanismos de atuação cultural — no mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento. O que se pretende, em cada caso? Qual a melhor forma de atuar?

O tema é naturalmente vastíssimo. Apenas a título de subsídio mínimo inicial, talvez fosse possível imaginar que, no caso dos países desenvolvidos, devido aos altos custos (e à baixa rentabilidade) de programas convencionais de difusão cultural, o trabalho deveria refletir um planejamento que se apoiasse em projetos de cooperação bilateral a nível institucional, o que privilegiaria o estabelecimento de vínculos com os Governos locais, Universidades ou órgãos semi-oficiais, fundações, etc., entidades em geral extremamente receptivas a atividades de cooperação intelectual.

Para isso, seria antes necessário identificar essas entidades, discutir projetos, harmonizar suas ofertas básicas com os reais interesses da diplomacia cultural brasileira — um trabalho que jamais pôde ser realizado de forma mais sistemática.⁷

⁵ Mário Brockmann Machado, *Op. Cit.*, Pp. 9-10

⁶ Convém ter presente que essas considerações do Professor Brockmann Machado foram externadas em 1982, antes, portanto, das transformações políticas por que iria passar o país e, mais particularmente, antes da criação do Ministério da Cultura. É provável, contudo, que elas ainda permaneçam válidas em larga medida.

⁷ Um bom exemplo desse gênero de cooperação é o projeto Brasil-França, iniciado em 1986 e que seguia em andamento em 1988. Além de refletir a vontade política dos dois Governos, o projeto ilustra claramente o conceito de mutualidade das programações.

A nível de execução, os projetos nessa área também poderiam privilegiar investimentos de médio e longo prazos (em geral mais onerosos e de baixa “rentabilidade”), no campo, por exemplo, da penetração da literatura brasileira em comunidades acadêmicas, ou na viabilização de documentários que abram espaço junto aos meios eletrônicos de comunicação.

No caso da comunidade acadêmica norte-americana, por exemplo, os custos dessas iniciativas são freqüentemente absorvidos na programação que as próprias universidades rotineiramente organizam no quadro de seus projetos de cooperação cultural. E em se tratando de despesas de maior vulto, existem recursos alternativos, que vão desde convênios específicos a determinados *grants* (quase sempre de origem privada) destinados a esse fim.

Quanto aos países em desenvolvimento, as semelhanças sociais e econômicas que nos aproximam de boa parte desses países compõem um pano de fundo extremamente favorável à atuação brasileira nessas regiões. Mas as enormes carências locais recomendam que nossa preocupação central consista em irradiar da forma mais ampla possível a eventual contribuição brasileira.

Sem menosprezar os benefícios de um trabalho mais tradicional de difusão cultural, talvez conviesse enfatizar, nesses casos, mecanismos de cooperação intelectual e cooperação técnica, tendo em vista o componente didático dessas atividades e seu efeito multiplicador. Um trabalho dessa natureza pressupõe, no entanto, um cuidadoso estudo das reais necessidades dos países-alvo, de modo a evitar atitudes paternalistas e aprender a diferenciar realidades que somente se assemelham na aparência.

Marcel Merle, ilustrando as dificuldades inerentes ao assunto, relembra que os países detentores do poderio econômico (e que, por conseguinte, manipulam os instrumentos de cultura de massa) raramente alcançam o nível de compreensão a que almejam com projetos realizados em países em desenvolvimento: *Bien au contraire, ce sont les différences que finissent par ressortir et ce sont les comparaisons qui deviennent la source de frustrations génératrices de ressentiments.*⁸

Nessa ordem de idéias, as programações devem procurar levar em consideração as reais necessidades dos países de destino, e não serem “exportadas” simplesmente por estarem disponíveis. Sempre que possível, os artistas e intelectuais do país-alvo das programações deveriam ser consultados, de modo a permitir uma melhor definição de áreas de interesse. Esse princípio é igualmente defendido no relatório Rigaud:

⁸ Marcel Merle, Op. Cit., P. 344

*Nous ne devons pas imposer à nos partenaires des programmes tout venant, conçus en fonction de l'idée que nous nous faisons de leurs besoins ou, pis encore, de nos commodités administratives et des caprices de ceux que nous envoyons représenter la culture française.*⁹

No contexto da atuação em países em desenvolvimento, conviria mencionar, ainda que brevemente, o papel que a difusão da língua portuguesa pode vir a desempenhar na diplomacia cultural.¹⁰

O fato do Ajuste Tripartite MRE/MEC/MinC ter tido como um de seus pontos centrais a difusão da língua portuguesa reflete consenso em matéria que J.M. Mitchell sintetiza à perfeição: *Language is the expression of a culture as well as being a medium; it is a component of cultural and national identity. Each language is a distinct thought system.*¹¹ Por essa razão, todos os países atuantes no cenário cultural internacional privilegiam a difusão de sua língua. Como registram Deibel e Roberts ao se referirem às prioridades do Conselho Britânico: *Its major activity is English teaching, which is seen as an essential fulcrum for all the other British Council work.*¹²

Os países cujas línguas são faladas em grande escala além-fronteiras naturalmente desfrutam de maiores facilidades em termos de comunicação mais instantânea — e prestígio. Contudo, após reconhecer esse ponto (*It is easier, as well as cheaper, for countries with dominant languages to export their cultures*¹³), J.M. Mitchell adverte que a vantagem traz embutida um perigo, na medida em que os governos desses mesmos países nem sempre se sentem estimulados a enfatizarem o estudo de línguas estrangeiras. Em consequência, *their politicians, intellectuals and exporters will have a limited ability to penetrate other thought systems, to understand other peoples and cultures.*¹⁴ O autor chega a sugerir que, no contexto da consolidação de uma pluralidade essencial ao convívio internacional, o estudo de línguas estrangeiras, em uma determinada nação de língua dominante, pode constituir uma contribuição tão importante quanto a difusão da língua dessa mesma nação no exterior.

⁹ Jacques Rigaud. Op. Cit. P. 26

¹⁰ O estudo da língua portuguesa vem sendo igualmente difundido nos grandes centros universitários do primeiro mundo. Mas é na América Latina e na África (onde se concentram em maior parte os 25 Centros de Estudos Brasileiros), que esse estudo teria maiores condições de florescimento — mesmo porque, nessas regiões, as perspectivas de penetração da língua portuguesa (como veículo de valores brasileiros) seriam comparativamente maiores.

¹¹ J.M. Mitchell. Op. Cit., P. 22

¹² Terry L. Deibel & W. R. Roberts. Op. Cit. P. 37

¹³ J.M. Mitchell. Op. Cit. P. 186

¹⁴ Idem. Pp. 161-162

Essas colocações partem do pressuposto de que a diferença de línguas pode constituir, em si mesma, uma forma de barreira cultural. Após afirmar que tudo o que é adquirido fora de uma comunidade de certa forma representa um esforço de conquista, Norman Daniel conclui que *language is often a part of the cultural barrier, and within a single linguistic group, accent and dialect may be culturally divisive*.¹⁵

A idéia de pluralidade lingüística, graças à qual essas barreiras seriam aos poucos atenuadas, é igualmente defendida no relatório Rigaud — uma reviravolta, se tivermos presente a tradicional posição da França, país que, por mais de dois séculos, identificou a difusão da língua com sua própria política externa.

Em seu relatório, após agrupar as línguas em duas categorias (segundo sejam faladas dentro das fronteiras das nações, ou tenham vocação internacional), Jacques Rigaud se detém nesse segundo grupo e distingue as línguas que expressam uma comunidade cultural (árabe), o peso político de um determinado país (o russo, o chinês e, mais recentemente, o alemão), uma herança colonial (o português, o espanhol) ou o que denomina de universalidade geográfica e funcional que emergiria em todos os quadrantes da terra (inglês e francês).

No entanto, no que diz respeito mais especificamente a essa última categoria, o autor se curva diante do indiscutível: *En un monde à bien des égards unifié et marqué par le double primat de l'économie et des communications de masse, l'anglais a acquis une préséance que l'on peut qualifier d'irréversible. Il est devenu, par une sorte de processus cumulatif, la voie d'accès la plus répandue et la plus aisée à la communication internationale*.¹⁶

Essa reviravolta francesa traduz, por conseguinte, uma visão extremamente realista — que interessa muito ao caso brasileiro. Isso porque, ao se tornar hoje uma defensora ardente do pluralismo lingüístico internacional, a França tem por objetivo assegurar para o francês um lugar de destaque entre as muitas alternativas que deveriam compor esse pluralismo.

Ora, se a teoria do pluralismo, seja por resistência à hegemonia do inglês, seja por razões que decorram da própria dinâmica de difusão cultural dos países, passar a ocupar papel de destaque na formulação de políticas culturais, o efeito cumulativo dessas idéias (principalmente junto à intelectualidade e comunidade acadêmica internacionais) só poderá beneficiar a expansão da língua portuguesa em sua área natural de influência (América Latina e África), ou fora dela.

¹⁵ Norman Daniel, Op. Cit. P. 6

¹⁶ Jacques Rigaud, Op. Cit. P. 39

Torna-se, por conseguinte, mais importante ainda reforçar os laços entre língua e cultura, na medida em que o ensino da língua terá maiores possibilidades de penetração, se os receptores desse esforço se sentirem mais motivados. E a verdadeira base dessa motivação não pode ser outra senão o patrimônio cultural brasileiro.

No caso do Brasil, por conseguinte, a língua portuguesa se transformaria, antes de mais nada, no veículo de difusão da cultura e dos valores brasileiros. Convém, portanto, mostrá-los. Para tanto, é necessário mostrar o país, seu cinema, sua literatura, suas artes plásticas, seus vídeos, sua música popular. Os estímulos para que uma língua seja falada só podem partir de bases culturais. E cabe aqui lembrar, com Jacques Rigaud: *une langue qui s'enseigne et ne parle pas devient bientôt une langue morte*.¹⁷

*

Convém naturalmente ter presente que a divisão de um trabalho de diplomacia cultural em duas vertentes de atuação, segundo as atividades se processem em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, justifica-se enquanto exercício metodológico, ainda que seus contornos sejam imprecisos. Na realidade, outras classificações, ou possibilidades, poderiam ser igualmente invocadas. Aloísio Magalhães, por exemplo, divide os países, para fins de vivência e relação com seu patrimônio cultural, em quatro grandes categorias: *os velhos e ricos (cristalizados, densos, onde tudo está feito)*, *os velhos e pobres (com consciência de seus valores (...) mas sem condições físicas ou financeiras de evitar a dilapidação de seus bens)*, *os novos e ricos (caracterizados por um dispêndio excessivo de recursos (...))* e *pela velocidade na absorção de patrimônio por processos poucos autênticos)*, e *os novos e pobres (que precisam se apoiar nos frágeis e pequenos elementos que constituem seus patrimônios para melhor enfrentarem um mundo caracterizado por impasses)*.¹⁸

Para outros autores, como Norman Daniel, essa divisão de mundos distintos parece condenável até mesmo a nível de exercício metodológico. Nesse sentido, Norman Daniel relaciona uma infinidade de problemas comuns a esses "mundos", da *generation gap*, às rebeliões estudantis, das crises morais às atividades sindicais, das mudanças decorrentes da revolução tecnológica às rivalidades entre meios rurais e urbanos. Todas essas situações, entre muitas outras, bem como suas múltiplas colocações em culturas distintas, levam o autor a concluir: *There is neither one*

¹⁷ Idem, P. 41

¹⁸ Aloísio Magalhães, Op. Cit. Pp. 81-82

*world, or there are as many worlds as cultures; there are not by any accounts three worlds.*¹⁹

Assim, o que se pretende com a dualidade esboçada é sugerir o *predomínio* de determinadas ênfases sobre outras. Nesse sentido, nos países desenvolvidos deveria obter-se apoio institucional para a realização de um trabalho voltado para as bases mesmas sobre as quais a diplomacia cultural se assenta — literatura, rádio, vídeo, meios eletrônicos de comunicação — ao passo que nos países em desenvolvimento, além dessas avenidas, seria conveniente enfatizar a base humana, trabalhada didaticamente, de forma a multiplicar os efeitos do intercâmbio cultural.

Em ambos os casos, os objetivos finais são sempre os mesmos: trazer ao público a cultura e os valores brasileiros, atualizando sua percepção de nossa realidade. E manter-se aberto para a contribuição de outros povos. Mas como esse público externo — e os instrumentos de trabalho de que dispomos em cada país — variam enormemente, igualmente deveriam variar as ênfases e concepções de uma programação cultural que se pretenda eficaz dentro da escassez.

Sejam quais forem os cenários — e estes só poderão ser desenhados a partir de amplo debate em torno do assunto — o processo de revalorização da diplomacia cultural brasileira como fator de desenvolvimento do país será certamente lento e sinuoso. Se levado a bom termo, contudo, permitirá a incorporação do fator cultural ao universo de nossa atuação internacional — o que, por sua vez, como em um jogo de espelhos, consolidará a luta pelo desenvolvimento do país.

Preenchida essa primeira etapa de caráter decisório, a viabilização de projetos passa a ser uma questão de montagem: um Governo que, de um lado, cria uma lei de incentivos fiscais para atividades culturais e que, de outro, se compenetra da necessidade de atuar com decisão na promoção cultural externa, saberá encontrar fórmulas de unir, em um único plano, essas duas realidades.

Essa fusão poderá até tomar a forma de um Fundo para a Promoção da Cultura no Exterior, a ser administrado por um Conselho Superior que reúna representantes dos três Ministérios e de outros segmentos da sociedade brasileira. Ou tomar por base determinados modelos europeus bem sucedidos (nos moldes do Conselho Britânico, por exemplo), hipótese que automaticamente implicaria a revalorização dos Centros de Estudos Brasileiros. Mas isso já seria mera decorrência. O importante, nessa fase, é iniciar a discussão sobre a viabilidade e o interesse em se revalorizar o processo como um todo.

¹⁹ Norman Daniel, Op. Cit. P. 14

XI

Conclusões

Um estudo que se concentrasse nas origens culturais enraizadas nas guerras e conflitos mundiais certamente confirmaria a imagem poética contida no preâmbulo da carta da UNESCO, para quem ... *as guerras nascem nas mentes dos homens, e é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser erguidas.*

Se a diversidade cultural, sob seus múltiplos aspectos, pode muitas vezes dar margem a conflitos enraizados em formas hostis de etnocentrismo, é igualmente verdade que essa mesma diversidade pode ser trabalhada de modo a se transformar em instrumento de aproximação, e não de desconfiança, entre os povos. Nesse sentido, assim como determinadas formas transnacionais de cultura provavelmente constituem a melhor plataforma para a expressão de uma solidariedade em torno de causas comuns — como a luta pela paz mundial, a condenação ao *apartheid*, os esforços em defesa do meio ambiente e até os movimentos em prol do aprimoramento das instituições democráticas —, é inversamente possível conceber uma aproximação entre Estados com base no respeito por suas diferenças nacionais.

Essas diferenças, no entanto, deveriam refletir a herança e verdadeira identidade cultural dos povos objeto de um determinado intercâmbio, e serem percebidas, em consequência, como componentes de um mosaico cultural universal. Daí a necessidade de estudar as distinções culturais entre países, de modo a melhor fundamentar as prioridades da política externa de cada Estado.

Charles Frankel relembra que Aristóteles, na *Ética*, adverte os homens contra a busca consciente da felicidade, ainda que esse seja o objetivo maior da humanidade. E acrescenta como muita propriedade: *International "good will" and "understanding" appear to have the same relationship to human effort that "happiness" does. They are rarely achieved by direct assault. They are more usually by-products of activities in which men work together for other reasons that seem to them good and sufficient in themselves.*¹

¹ Charles Frankel, Op. Cit., P. 85

Se é verdade que a compreensão internacional constitui um objetivo que não pode "ser tomado de assalto", talvez seja igualmente verdade que programas visando uma cooperação cultural mais intensa poderiam constituir os *by-products* a que se refere Frankel e, na sequência da analogia, deveriam estar mais intimamente enraizados na política externa dos Estados.

Convém ter presente, a respeito, que, em decorrência da sofisticação e velocidade dos meios de comunicação, uma grande parcela da população mundial já vive hoje em um cenário de dimensões internacionais. O cinema, a literatura, os meios de comunicação de massa, a publicidade, o turismo, as atividades desenvolvidas por universidades, fundações, grupos religiosos, sindicatos — todos esses elementos, e diversos outros, se combinam para produzir mudanças radicais nas relações internacionais.

Por outro lado, a multiplicação dos contatos também gera uma sobrecarga de tensões, acirrando rivalidades comerciais, políticas ou religiosas e colocando a nu desigualdades de todo tipo, em uma tessitura que igualmente afeta o equilíbrio internacional de poder.

Em consequência, em parte, do que precede, muitos governos já se dirigem diretamente às populações de outros países, *over the heads of their governments*, como relembra Charles Frankel.² Da mesma forma, diversos outros elementos exercem influência direta ou indireta além-fronteiras. O padrão de vida do norte-americano médio, por exemplo, tem ressonâncias na política interna na União Soviética — e o que se passa na Nicarágua repercute no Brasil. Os Estados que não estiverem atentos para essas múltiplas faixas de realidades e que, em consequência, não souberem absorver essa nova dimensão das relações internacionais, estarão provavelmente se autolimitando no que toca à consecução de seus objetivos, independentemente da natureza destes últimos.

Para permanecerem sintonizados na frequência acima mencionada, caberia aos Estados dinamizarem os segmentos culturais do relacionamento internacional, que se manifestam de forma cada vez mais clara. Nas palavras de J.M. Mitchell, *cultural relations have become an integral part of the interaction of states and peoples in our time, and they present the best hope we have of transmuting traditional prejudices into attitudes of understanding and cooperation*.³

No lado menos defensivo, em uma concepção mais positiva da realidade internacional, um outro aspecto confere hoje realce ainda

² Charles Frankel, Op. Cit., P. 78

³ J.M. Mitchell, Op. Cit., P. 21

maior à emergência de uma comunidade intelectual internacional. Esse aspecto, que poderá responder por grandes alterações no equilíbrio internacional do poder, é o intercâmbio científico e tecnológico, que traz em seu bojo toda uma série de desafios (técnicos, políticos, econômicos e, sobretudo, culturais) que os países em vias de modernização terão que enfrentar.

De fato, não resta dúvida de que o fortalecimento da comunidade intelectual internacional se deve em boa parte ao intercâmbio ocorrido no campo da pesquisa científica, especialmente nas áreas da física e das ciências sociais. Em consequência, como relembra Frankel, (...) *every nation that wishes to be modern or that hopes to cope with the problems created by technological developments must accordingly rely on the active cooperation of scientific and technical experts.*⁴

Ora, como essa busca ultrapassa as fronteiras naturais, o efeito desse crescente intercâmbio sobre a comunidade intelectual internacional reforça enormemente o peso específico dessa classe. Para os países em desenvolvimento importa, por conseguinte, participar dessa comunidade, não somente pelos benefícios inerentes ao campo mais especificamente científico e tecnológico, como também pela integração a uma vasta comunidade intelectual, cujas vertentes vão da ciência à cultura. O desenvolvimento só pode resultar da integração harmônica dessas múltiplas realidades.

O componente cultural desses desafios, contudo, não é pequeno, como se procurou demonstrar ao longo do presente trabalho. Retomando outro momento do pensamento de Aloísio Magalhães sobre o assunto: *Não existe verdadeiramente uma nação que se forme, que progrida, que se enriqueça, a não ser à base dos componentes de sua verdade, de sua identidade autêntica, dentro de sua trajetória enquanto nação. Tudo o mais será evidentemente possível, inclusive a transferência de tecnologia e até mesmo o enriquecimento; a nação torna-se rica, mas (...) completamente dependente de outras nações.*⁵

A relação mais direta entre esses temas e a política externa brasileira terá ficado demonstrada ao longo do presente trabalho. Talvez pudéssemos retomar sinteticamente o assunto com o comentário de T. Deibel e W.R. Roberts sobre a necessidade em que se encontram os povos de reafirmarem permanentemente sua identidade cultural. Sugerem os autores: *Nations, like men tend to see themselves through the eyes of others, and many feel a need to manifest their national character*

⁴ Charles Frankel, Op. Cit., P. 74

⁵ Aloísio Magalhães, Op. Cit., P. 83

*abroad almost as a part of the process of defining it at home.*⁶ Assim, e como se procurou enfatizar ao longo do presente trabalho, a reafirmação de nosso caráter nacional além de nossas fronteiras pode ser parte de nossa consolidação interna.

Nesse sentido, a projeção cultural externa, se planejada e implementada dentro de linhas gerais que reflitam nossa ampla e diversificada realidade cultural interna, poderá dar perspectiva e contexto aos postulados e prioridades da política externa brasileira, conferindo-lhes, por conseguinte, maior credibilidade — e eficácia.

Além disso, e como uma espécie de desdobramento desse trabalho, o Brasil estará igualmente participando de um esforço mais global no sentido de trazer as relações culturais internacionais para um plano que as tornem mais decisivas como instrumento de reconciliação das diferenças internacionais — afinal um dos postulados da política externa brasileira.

O momento brasileiro parece extremamente favorável a uma revisão de prioridades sobre o assunto. O recente Ajuste Tripartite MRE/MEC/MinC abre novas perspectivas nessa área. De fato, a coordenação interna constitui o primeiro passo para o desenvolvimento de qualquer trabalho sério nessa área. Dele decorrerão mecanismos de viabilização financeira que possivelmente reflitam os benefícios da Lei 7.505 (sobre incentivos fiscais na área de cultura).

Essa coordenação, além de reforçar a presença do Itamaraty como um órgão que também pode atuar internamente, permitirá ao Ministério entrar em contato mais profundo com a necessidade de valorizar uma pluralidade cultural que reflita a diversidade social, regional e étnica do país — elementos de pensamento que no passado raramente puderam ser levados em conta pelo Ministério em sua programação cultural no exterior. Ao contrário, essa programação tem quase sempre sido encarada como uma prestação de serviços, deixando, por vezes, de projetar com fidelidade os aspectos mais abrangentes da cultura brasileira.

Se a diplomacia cultural não puder ser entendida na concepção mais ampla defendida ao longo do presente trabalho, ou seja, como um instrumento que efetivamente viabilize a inserção externa do país e contribua para consolidar sua identidade — reforçando, nesse processo, a aproximação dos povos ao redor de um patrimônio comum — as programações culturais permanecerão reduzidas à categoria de pequena ferramenta de trabalho. E, como pequena ferramenta, a ela serão dedicadas modestas prioridades políticas e, em consequência, atribuídos limitados recursos, financeiros e humanos.

⁶ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 60

O trabalho da diplomacia cultural é missão de muito longo prazo, cujos desdobramentos raramente ocorrem no espaço de uma geração, como relembra Charles Frankel ao comentar o caso norte-americano: *This is a process that takes time. Educational and cultural programs are not intended to influence this government, or next year's, but next decade's (...) Cultural programs cannot be judged by the same standards that apply to everyday diplomatic activity, or the information programs attached to it.*⁷ Ou nas palavras de T. Deibel e W.R. Roberts: *changing foreign attitudes is a process to be measured in years, and the only feasible goal is to create a climate of mutual understanding (... with) emphasis on truth, in the belief that over the long run such a program can only be effective if reasonably accurate.*⁸

A diplomacia cultural, entendida nessa perspectiva mais ampla — e fundamentada por projeções de uma política cultural interna — pode vir a constituir um dos mais autênticos instrumentos de que dispõe o país em sua luta pelo desenvolvimento. Se os países desenvolvidos, como vimos, reconhecem depender da projeção internacional de seus valores culturais para preservar ou expandir sua influência, os países em desenvolvimento, com mais razão ainda, não deveriam deixar de recorrer a essa alternativa, sob pena de autolimitarem suas possibilidades de inserção externa.

Agindo dessa forma, esses países na realidade negam amparo à parcela de influência que lhes cabe no cenário internacional. Os investimentos nessa área deveriam ser, em conseqüência, tão prioritários quanto os realizados em outras áreas consideradas essenciais. No caso do Brasil, quaisquer que sejam os objetivos da política externa brasileira, eles serão sempre favorecidos pelo maior conhecimento de que o país seja alvo no exterior.

Mas o Itamaraty, ao participar mais ativamente desse esforço de difusão de nossa cultura no exterior, não estará limitando sua contribuição ao plano externo. Em um país caracterizado por esmagadora desproporção numérica entre estrelas e figurantes, as fronteiras entre o cultural e o social se diluem com frequência.

Se considerarmos a crescente interdependência das relações culturais contemporâneas, fica mais fácil visualizar o papel de singular importância que cabe ao Ministério também em áreas que digam respeito à política cultural interna do país. Os desafios são naturalmente inúmeros, mas todos modestos — se confrontados às perspectivas que certamente se abrirão para novos segmentos da população brasileira.

⁷ Charles Frankel, Op. Cit., P. 88

⁸ T.L. Deibel & W.R. Roberts, Op. Cit., P. 15

BIBLIOGRAFIA

BROCKMANN MACHADO, Mario — *Notas sobre Política Cultural no Brasil* in — *Estado e Cultura no Brasil*. Organização de Sergio Miceli. Ed. Difel/Difusão Editorial SA. São Paulo, 1ª ed. 1984, 240 p.

COOMBS, Philip H. — *The Fourth Dimension of Foreign Policy*. Harper & Row Publishers, New York, 1ª ed. 1964, 158 p.

DANIEL, Norman — *The Cultural Barrier*. Edinburgh University Press, Edinburgh, 1ª ed. 1975, 227 p.

DEIBEL, Terry L. & **ROBERTS**, Walter R. — *Culture and Information. Two Foreign Policy Functions*, in: The Washington Papers, Volume IV. Sage Publications, London, 1ª ed. 1976, 62 p.

ELIOT, T.S., — *Notes Towards the Definition of Culture*. Harcourt, Brace & Co, New York, 1949, 117 p.

FRANKEL, Charles — *The Neglected Aspect of Foreign Affairs*. Ed. The Brooking Institution, Washington DC, 1ª ed. 1966, 156 p.

FURTADO, Celso — *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1ª ed. 1984, 128 p.

FURTADO, Celso — *Política Cultural*. Pronunciamento realizado na Escola Superior de Guerra a 03.09.86, documento MinC 3/86, 14 p.

HERRERA, Felipe, *Le Financement du Développement Culturel*, in: Cultures, vol. VII n. 3, ed. Les Presses de l'Unesco et la Baconnière, Paris 1980, pp. 8-17.

HERRERA, Felipe (com Manuel Diegues Junior e Benedicto Silva) — *Novas Frentes da Promoção da Cultura*. Fundação Getúlio Vargas, 1ª ed. 1977, 106 p.

HOUSE OF COMMONS, Foreign Affairs Committee, Fourth Report: *Cultural Diplomacy*. Sessions 1986-1987, 267 p.

JAGUARIBE, Hélio — *Sociedade e Cultura*. Edições Vértice, São Paulo, 1ª ed. 1986, 207 p.

LANGLOIS, Juan Carlos — *La Dimension culturelle dans les projets de développement*. in: Culture, vol. VII, n.º 3, 1980, *Les presses de l'Unesco et la Baconnière*, Paris, pp. 179 184.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de — *Condicionantes da Ação Externa do Brasil*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, a 10.09.85 (Curso de Altos Estudos Políticos e Estratégicos).

MAGALHÃES, Aloísio — *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Ed. Nova Fronteira Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1ª ed. 1985, 256 p.

McMURRY, Ruth Emily & **LEE**, Muna — *The Cultural Approach*. The University of North Carolina Press, 1ª ed. 1947, 280 p.

MERLE, Marcel — *Forces et Enjeux dans les Relations Internationales*. Ed. Economica, Paris, 2ª édition, 1985, 416 p.

MITCHELL, J.M. — *International Cultural Relations*. Allen & Unwin, London, 1ª ed. 1986, 253 p.

NINKOVICH, Frank A. — *The Diplomacy of Ideas*. Cambridge University Press, 1ª ed. 1981, 253 p.

NORTHROP, F.S.C. — *The Taming of the Nations*. The Macmillan Company, New York, 1ª ed. 1952, 362 p.

PORTELLA, Eduardo — *O Intelectual e o Poder*. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1ª ed. 1983, 133 p.

RIGAUD, Jacques — *Les Relations Culturelles Extérieures*. La Documentation Française, Paris, 1ª ed. 1980, 112 p.

UNESCO — *Conférence Mondiale sur les Politiques Culturelles, Rapport Final*. Doc CLT MD 1, Unesco, Paris, 1982, 211 p.

UNESCO — *Problèmes de la Culture et des valeurs culturelles dans le monde contemporain*. Doc. CLT MD 2, Ed. Unesco, Paris, 1983, 80 p.

VILAÇA, Marcos Vinícius — *Cultura e Estado*. Secretaria de Cultura MEC, 1ª ed. 1985, 112 p.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

CONSELHO CURADOR

Presidente: Roberto Costa de Abreu Sodré

**Bernardo Pericás
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Luiz Felipe Lampreia
Marco César Meira Naslauský
Paulo Tarso Flecha de Lima
(Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão)
Sebastião do Rego Barros Netto**

Diretor-Geral: Carlos Moreira Garcia

Diretores-Adjuntos:

**Carlos Henrique Cardim
Eduardo da Costa Farias
Sérgio Maurício da Costa Palazzo**

**INSTITUTO DE PESQUISA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
IPRI**

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Valim Guerreiro
Aspásia Camargo
Eduardo Santos
Gelson Fonseca Jr. (Diretor do IPRI)
Marcelo de Paiva Abreu
Maria Regina Soares de Lima
Valdemar Carneiro Leão

